

M

E

M

Ó

R

I

A

O

C

U

L

A

R

MEMÓRIA
OCULAR



“Eu sou testemunha do quê, do passado ou do futuro?”

SVETLANA ALEKSIÉVITCH

LEMBRANÇA

(2013-2014)

Sérgio avisa, “Gosto de café bem doce”, antes de enterar a colherzinha no pote de açúcar. Carregado, o talher abandona o recipiente metálico, sobe alguns centímetros e se dirige lentamente à xícara fumegante. Por um instante, estaciona no ar. “Bem doce”, repete, e lança o montículo branco em queda livre. Os cristais, porém, não mergulham no alvo: chocam-se contra a madeira e se esparramam pela mesa. O embaraço é inevitável.

“Isso acontece o tempo todo”, justifica. “Estou sempre esbarrando e derrubando coisas.”

Alguns minutos antes, Sérgio, num gesto qualquer, havia estapeado o gravador que registrava sua voz. Outro dia, na rua, seu cotovelo acertou em cheio o nariz de uma mulher quando o braço desastrado quis dar sinal para um ônibus que se aproximava.

“Agora preciso fazer tudo, tudo mesmo, com muita calma e maestria.”

Há sete meses, a vida de Sérgio se resume a prestar máxima atenção às tarefas mais elementares. Subir escadas distraído é como escalar um tombo. Perambular pelas calçadas da Vila Jaguara, na zona oeste de São Paulo, onde mora, significa cabeça perpetuamente baixa, medindo degraus repentinos, irregulares, que se reproduzem ao sabor das garagens dos vizinhos.

“Atravessar a rua é terrível”, conta. “Usar a faixa já era um hábito meu, mas, agora, não me arrisco fora dela nem quando não há carros por perto.”

Sérgio adquiriu um novo medo, que não costuma figurar no rol das paranoias de quem frequenta a rua desde criança: ser atropelado. Hesita mesmo quando o farol está verde para os pedestres. Pensa, analisa, certifica-se do automobilismo antes de deixar uma calçada rumo à outra.

As dificuldades se repetem nas tentativas lentas, seguras e graduais de voltar ao trabalho. Sérgio demora um pouco mais para montar tripé, luzes e demais equipamentos de gravação, ofício que começa a aprender. “E as pessoas ficam esperando...”

Quando está com a câmera na mão, perde o foco e as oportunidades, com receio de pisar no pé alheio ou tropeçar em fios espalhados pelo chão. “São falhas que, antes, eu não cometeria, não faria, nunca fiz.” É nos detalhes do dia a dia, todos os dias, que Sérgio se dá conta da falta que lhe faz o olho esquerdo.

“A grande mudança aparece nas coisas mais banais.”

•

No dia 13 de junho de 2013, muita gente sabia — e outras tantas desconfiavam — que a Polícia Militar agiria com a dureza prometida na véspera pelo governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e invocada pelos maiores jornais do país. Sérgio Andrade da Silva, 33 anos, não.

“Saí de casa para cobrir um protesto pacífico.”

Nem as duas inexplicáveis ligações que recebeu à tarde, da sogra e de um amigo, ambas pedindo cuidado, o demoveram da ideia. “Pensei em desistir, parecia um sinal. Só que o lado profissional pesou mais.” Quando chegou à manifestação, Sérgio teve certeza de ter tomado a decisão correta. “O que vi no início da passeata eram pessoas muito empenhadas para que tudo realmente ocorresse na maior tranquilidade.”

Na quinta-feira, a partir das 18h, o centro da capital seria tomado pela quarta vez em menos de uma semana por manifestantes contrários ao reajuste das tarifas de ônibus, trem e metrô na cidade, vinte centavos, implementado em conjunto pelos governos municipal e estadual onze dias antes. Fotógrafo de paixão e profissão, Sérgio tinha um plano para a noite que começava.

Envolvido em uma mudança de residência que tardava em acontecer, ainda não havia presenciado nenhum protesto. “Estava dedicando meu tempo a visitar casas e apartamentos.” Naquele dia, porém, deixou de lado imobiliárias e ofertas de aluguel pela internet: queria fazer algumas imagens da mobilização social, que crescia,

apesar da oposição ferrenha da classe política tradicional e dos meios de comunicação de massa.

“Alguma coisa ficava mexendo dentro de mim. Eu precisava estar ali, registrando aqueles momentos. Algo me dizia que era importante.”

Com sorte, além de testemunhar um episódio que entraria para a história recente do país, Sérgio poderia comercializar seu trabalho pela Agência Futura Press. Fotojornalismo era um de seus empregos eventuais, um dos muitos ganha-pão temporários a que um freelancer tem de recorrer para pagar as contas.

Porém, não poderia ficar muito tempo na manifestação — não dessa vez. Sua esposa chegaria de Brasília à noite, e ele havia prometido buscá-la em Congonhas. Voltariam para casa, abraçariam as duas filhas e jantariam juntos. O reencontro do casal, porém, se daria duas horas e meia depois do planejado. Não no aeroporto, mas no hospital. E sem as meninas.

“A bala me escolheu”, lamenta Sérgio, lembrando o azarado acaso que preferiria jamais ter vivido. “Eu não estava na linha de frente, estava para trás de algumas pessoas. O projétil passou por um corredor de gente antes de me acertar. Poderia ter acontecido com qualquer outro.”

Antes de mutilar-lhe o olho esquerdo, a pequena esfera atravessara as duas pistas da Rua da Consolação e se esgueirara pela estreiteza que separa uma parede e uma banca de jornais na esquina com a Rua Caio Prado. Quase vinte metros distavam o atirador e seu minúsculo alvo.

“O policial foi muito preciso, mas não teria capacidade para ser assim tão certo, nem se quisesse”,

ressalta, lembrando que uma cortina cinzenta de gás lacrimogêneo impedia que o policial fizesse mira especificamente no globo ocular do fotógrafo.

Sérgio é apenas uma das pessoas feridas no 13 de junho de 2013. Não foi o único a receber tiros de borracha, e sequer detém exclusividade entre os feridos diretamente no olho pelo projétil, usado sem cerimônia pela PM naquela noite.

Vítima do mesmo artefato, a repórter Giuliana Vallone teria a visão direita salva pelos óculos: a lente de acrílico suportou o impacto e protegeu o globo ocular. A imagem de suas pálpebras inchadas, imersas na roxidão, ganharia a internet e comoveria muita gente — inclusive fora do país. No dia seguinte, contudo, Giuliana estaria enxergando. Sérgio, não. Nunca mais.

De acordo com o Movimento Passe Livre, que encaabeçou os protestos pela redução da tarifa do transporte público na cidade, pelo menos cento e cinquenta cidadãos, entre manifestantes, jornalistas e transeuntes, foram violentados de alguma maneira pela PM na noite daquela quinta-feira. As agressões foram variadas: de lambadas de cassetete no rosto e nas costas a assédio sexual e ameaças de estupro, passando por estilhaços de bombas, sufocamento por gás e, claro, tiros de borracha. Outros tantos apanharam e preferiram voltar para casa calados.

O fotógrafo, porém, foi o mais prejudicado pelos abusos policiais que ganharam as ruas de São Paulo durante todas as jornadas de junho: apenas Sérgio teve um órgão tão importante permanentemente sequelado — e apenas ele

sentiu sua vida tomar um rumo indesejado e inesperado devido à ação repressiva do Estado.

Por isso, coloca em xeque os discursos governamentais. Não acredita que sua cegueira tenha sido perpetrada por um mero desvio de conduta, uma excepcionalidade, eventuais abusos que serão apurados, como querem fazer crer comandantes e secretários de Estado.

“Tenho um metro e oitenta de altura. Para me atingir no olho, ainda que não tenha mirado em mim, o policial estava com a arma apontada para a cabeça das pessoas. Isso é inaceitável. Ele atirou para machucar.”

•

As queixas de Sérgio sobre a má utilização do armamento são corroboradas pela Condor Não Letal, uma das maiores fabricantes mundiais de balas de borracha — ou balas de elastômero, termo pelo qual são tecnicamente conhecidas.

“As balas de borracha devem ser preferencialmente disparadas da cintura para baixo, nunca contra a cabeça e o pescoço. Os manuais de instrução e todos os treinamentos dão essa orientação, que é universal”, afirma a empresa, em nota, ressaltando que os artefatos devem ser utilizados apenas quando os policiais estão em perigo. “As balas de borracha estão posicionadas no último degrau da não letalidade, antes da arma de fogo. São indicadas para situações graves, contra indivíduos portando coquetéis molotov ou armas brancas.”

De acordo com as diretrizes da fabricante, a direção dos disparos e o momento em que os policiais empregaram

elastômero contra os manifestantes, em São Paulo, dia 13 de junho de 2013, foram impróprios.

Apesar da tensão crescente, fruto do bloqueio que impedia a marcha avançar rumo à Avenida Paulista, os ânimos estavam sob controle. A massa não buscava o confronto. Tanto que, segundos antes da primeira bomba, o tenente-coronel Ben Hur Junqueira Neto, comandante da operação, elogiava a organização da passeata. “Para mim, sem problemas, se continuar dessa maneira”, expressou, diante de várias câmeras, manifestantes e repórteres. “Dessa vez, vocês estão de parabéns.”

A Polícia Militar de São Paulo não parece possuir regras claras para o uso de balas de borracha. Se possui, recusa-se terminantemente a revelá-las: alega “motivos de segurança”. Uma rápida pesquisa na internet, porém, dará acesso à segunda edição de um documento publicado em 1997, com tiragem de dois mil exemplares, intitulado *Manual de Controle de Distúrbios Cíveis da Polícia Militar*.

Pelos mesmos motivos estratégicos, a PM não confirma a veracidade ou atualidade do texto. No entanto, a introdução que figura no documento é exatamente a mesma que aparece no site do 2º Batalhão de Polícia de Choque, na seção Controle de Distúrbios Cíveis. É uma descrição dos tipos de aglomeração popular segundo seus níveis de organização: multidão, turba, manifestação, tumulto etc. E suas causas: sociais, econômicas, políticas...

Há poucas referências às balas de borracha nas mais de cem páginas do manual. Uma delas indica como os policiais devem empregar os projéteis de elastômero na contenção de

conflitos rurais. “O uso de pistola, espingarda calibre 12, thru-flight, com as respectivas munições antimotins (projéteis de borracha), deve ser empregado a uma distância segura para evitar o contato físico da tropa com os sem-terra, sendo meio importante por não causar ferimentos de gravidade.”

Em seguida, porém, as instruções autorizam um emprego mais temerário da munição. “A pistola poderá ser usada a uma distância mais aproximada como forma de dispersão dos sem-terra.” O restante do manual se dedica a explicar formações de ataque e defesa, composição hierárquica das tropas de choque e orientações para uso de gás lacrimogêneo e cassetetes, entre outras diretrizes.

“As informações oficiais da polícia são as mais difíceis de obter. A gente já tentou até pela Lei de Acesso à Informação, mas é complicado”, relata Leonardo Blecher, membro do Coletivo Menos Letais, contrário ao emprego de balas de borracha na repressão a manifestações públicas. “Sem que a população conheça os parâmetros de uso, não temos nem como protestar.”

Blecher reclama a elaboração de legislações claras sobre o emprego dos artefatos antidistúrbios — preocupação que chegou ao Congresso Nacional.

Tramita pelo Senado o Projeto de Lei nº 300, de 2013, que pretende proibir balas de borracha durante protestos populares no país. Na justificativa do texto, o autor da proposta, senador Lindbergh Farias, argumenta que, “sem adequado treinamento e sem uma reforma humanitária das polícias, a autorização de uso de bala de borracha acaba resultando em arbitrariedades”.

Em São Paulo, a Assembleia Legislativa analisa proposta semelhante, o Projeto de Lei nº 608, também de 2013, elaborado pelo deputado estadual Luiz Cláudio Marcolino. “Algo tem que ser feito, com urgência, para impedir o uso dessas munições, antes que elas venham a produzir efeitos letais em manifestantes”, sustenta.

Ambas as iniciativas foram motivadas pela atuação das polícias militares durante as jornadas de junho — e pelos efeitos perniciosos das balas de borracha atiradas irresponsavelmente contra cidadãos no uso de suas liberdades democráticas.

A Resolução nº 6 do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, publicada em 18 de junho de 2013, reforça a cautela no uso das balas de elastômero e outros artefatos. Assinado pela ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, o documento afirma que o uso das armas “somente é aceitável quando comprovadamente necessário para resguardar a integridade física do agente do poder público ou de terceiros, ou em situações extremas em que o uso da força é comprovadamente o único meio possível de conter ações violentas”.

O nome da organização a que pertence Leonardo Blecher reflete a motivação de militantes sociais, governantes e parlamentares que defendem restrições ao emprego desses artefatos durante manifestações públicas. Para eles, balas de borracha, bombas de efeito moral, spray de pimenta e gás lacrimogêneo jamais poderiam ser classificados como artefatos não letais. “São menos letais, porque podem matar — ainda mais se utilizados indevidamente”, explica o militante.

A PM paulista endossa essa tese: “Não possuímos armas não letais”, explica a corporação, preferindo classificá-las como munições de baixa letalidade. Oficiais também se pronunciam nesse sentido. Deputado estadual desde 2007, Major Olímpio já exerceu as funções de comandante da PM na região central de São Paulo, responsável pelo policiamento dos pontos mais procurados pelos manifestantes da cidade: Avenida Paulista, Anhangabaú, Rua da Consolação, Parque Dom Pedro II e Praça da Sé.

“Não existe equipamento não letal, mas equipamento menos letal”, pontua. “Com uma caneta você pode torturar uma pessoa um dia inteiro, ou até matá-la.” Com experiência no controle de distúrbios civis, Major Olímpio é favorável ao emprego de armas com baixo potencial ofensivo em manifestações, com uma ressalva: é preciso utilizá-las com o devido preparo.

“A técnica permite que cem homens contenham dez mil pessoas”, explica, dando mais detalhes sobre as instruções que costumam ser repassadas aos membros da tropa de choque. “Com bala de borracha, os disparos devem ser efetuados em 45 graus para atingir regiões da cintura para baixo, pernas e abdômen. Se impactar as superfícies moles do corpo, todo mundo sabe que o elastômero pode matar.”

•

No meio do tumulto, Sérgio não viu a pequena esfera vindo em sua direção. Logo após as primeiras investidas

do choque, percebeu que a polícia não queria apenas dispersar o protesto. E procurou abrigo. Protegido atrás da banca de jornais, relativamente distante do foco das agressões e tomando todo o cuidado que podia, não esperava ser atingido. Ainda menos no olho.

“Lembro de um policial ter atirado uma bomba contra colegas da imprensa, fotógrafos, cinegrafistas, jornalistas, que estavam na esquina”, relata, fazendo referência a um episódio que está registrado em vídeo: profissionais acuados, trabalhando, quando um soldado sai da formação e lança uma bomba contra o grupo inofensivo. “Achei aquilo um absurdo, e pensei: eles estão atirando em todo mundo, sem dó, sem pena, sem qualquer distinção.”

Com medo, Sérgio deixou as fotos de lado por um momento. Tossiu e sentiu ânsias de vômito. Usou a camiseta para se proteger do gás. Seus olhos ardiam. Tentou se livrar dos efeitos lacrimogêneos com algumas cusparadas, em vão. Acuado e sem muitas opções, decidiu retomar o trabalho quando percebeu uma momentânea trégua nos estrondos policiais.

“Quis fotografar a tropa de choque em posição de ataque exatamente na esquina oposta, atirando para todos os lados. Fiz três fotos num só clique. Quando tirei a câmera do olho, senti o impacto.”

Mirar pelo visor, pressionar o disparador e verificar a imagem na tela atrás da câmera é um gesto quase automático dos fotógrafos desde que equipamentos digitais chegaram ao mercado. Era o movimento que Sérgio fazia, pela última vez naquela e em muitas outras noites.

“Na hora, é quase imperceptível. Talvez por causa da velocidade do projétil, e pelo fato de ser de borracha”, conta, tentando encontrar palavras para descrever a medonha sensação que vem logo em seguida. “Você sabe como é ter um olho esmagado? Sabe me dizer que dor é essa? Pois é, eu senti e nem assim consigo explicar.”

•

Apesar da dor indizível, o globo ocular de Sérgio, à primeira vista, não fora prejudicado pela bala de borracha. “A gente observava, por fora, um olho íntegro, sem qualquer ruptura aparente”, lembra Elisabete Nogueira Martins, médica do Hospital de Olhos Paulista. Elisabete foi uma das profissionais que atenderam o fotógrafo na manhã seguinte ao tiro, quando ele chegou à instituição, conhecida como H. Olhos, depois de uma rápida passagem pelo Hospital Nove de Julho. “Os danos foram todos internos.”

A oftalmologista conta que a quantidade de sangue que emanava de seus vasos intraoculares impedia um exame mais preciso das consequências trazidas pelo ferimento. “Só conseguimos examiná-lo com a ajuda de uma ultrassonografia.” O equipamento permitiu aos médicos constatarem que todas as estruturas do olho de Sérgio haviam sido comprometidas. “A parede de trás estava inchada, mais espessa que o normal. Havia hemorragia. A íris estava dilatada”, cita Elisabete, destacando que os ferimentos eram irreversíveis. “O olho se perdeu no momento do impacto.”



O diagnóstico do H. Olhos é compatível com o comunicado que o “anjo da guarda” de Sérgio, Severino Honorato, recebeu dos profissionais que primeiro atenderam o fotógrafo no Hospital Nove de Julho. “Assim que souberam o grau de dano que ele tinha no olho, um médico veio e me falou: Muito difícil”, recorda o professor, que acudiu o fotógrafo logo após o tiro. “Demorou menos de uma hora e meia para que eu recebesse essa notícia.”

Basta imaginar que o olho esquerdo de Sérgio é uma bexiga, segurá-la com uma das mãos e apertá-la com a outra. A esfera se deforma. Ao retirar a pressão, volta ao formato original. O globo ocular do fotógrafo sofreu processo semelhante: a bala de borracha comprimiu seu olho. O movimento foi fatal para as funções visuais.

“Cada parte do órgão tem um nível de resistência e elasticidade, e suporta o impacto de maneira diferente”, explica Elisabete. No caso de Sérgio, a parte branca do olho, chamada esclera, resistiu à agressão e não se rompeu. “Por isso, o globo ocular estava íntegro”, continua a médica. “Mas as outras partes... Houve um comprometimento bem importante mesmo.”

Além dos prejuízos imediatos e irreversíveis à visão esquerda, o projétil fraturou os ossos da face de Sérgio em dois lugares ao redor do olho: abaixo do globo, na estrutura que serve de apoio para o órgão, e ao lado do aparelho ocular, quase no nariz. “O impacto não foi pequeno”, conclui a oftalmologista. “Não é qualquer acidente que provoca, ao mesmo tempo, danos oculares e fraturas — e foram duas.”

•

Mesmo em pânico, Sérgio foi tomado pela dúvida ao perceber que seu olho havia sido atingido. “Com dor, sangramento, bomba, gás, tudo acontecendo, aquela loucura toda, ainda consegui pensar: O que será que me acertou?” As incertezas não tardariam em se desfazer. “Não foi nada pontiagudo”, raciocinou. “E, na manhã seguinte, a pessoa que me socorreu retornou à mesma esquina, ao lado da banca, e encheu a mão com balas de borracha. Havia várias, várias.”

Mais de seis meses depois, a PM responderia parcialmente aos questionamentos enviados por um professor da Universidade de São Paulo, Pablo Ortellado, que se valeu da Lei de Acesso à Informação para saber quanta munição de baixa letalidade os policiais haviam empregado em 13 de junho de 2013. Na resposta, a corporação admite o uso de 506 balas de elastômero e 938 bombas de gás lacrimogêneo.

Minutos após o disparo, Sérgio, desnorteadado, recebeu a ajuda de Severino Honorato, 41 anos, professor de uma escola pública na zona sul da capital. Severino estava na manifestação junto com companheiros do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, de quem se perdeu rapidamente após o início da repressão.

“Sou sindicalista há 24 anos, já participei de muitos movimentos, já estive em greves em que a polícia usou de muita violência, já vimos de tudo”, explica. “Mas aquela noite me surpreendeu.”

Considerado um herói pelos familiares de Sérgio, o professor nega qualquer gesto de valentia. Em seu lugar,

diz, qualquer um teria ajudado. “É reflexo dos manifestantes se solidarizarem.” Assustado como todo mundo após as primeiras agressões da PM, Severino caminhava meio sem rumo quando trombou com o fotógrafo, mãos no rosto, em frente a um bar.

“Ele gritava muito, Meu olho! Meu olho!”, lembra. “Meu olho tá furado! Me ajuda!” Após o encontrão, Sérgio, que já vinha desequilibrado, estatelou no chão. Severino levantou o rapaz ferido e colocou seu braço em volta do pescoço. “A gente tinha que sair dali o mais rápido possível, porque a situação dele estava feia.”

Então começou o “trajeto mais longo e doloroso” da vida do fotógrafo. E um desafio inédito para Severino. “Foi difícil carregar esse cara.”

A primeira ideia foi caminhar até o posto de saúde improvisado pelo coletivo Matilha Cultural na Rua Rego Freitas, a apenas duzentos metros da banca. Mas era impossível: para chegar até lá, seria necessário atravessar a linha policial. A barreira, intransponível, também impedia o acesso da dupla à Santa Casa, na Rua Veridiana. Dez minutos de caminhada, se tanto, bastariam para que Sérgio recebesse os primeiros socorros no hospital, que atende pelo SUS.

“Pensamos, pensamos, e foi Sérgio quem falou: vamos para o Nove de Julho.” Severino abraçou seu novo amigo e juntos se afastaram da truculência policial. Caminharam até o final da Rua Caio Prado, desceram um escadão e subiram a avenida que dá nome ao hospital. O trânsito estava parado, era inviável pegar um táxi. O jeito era ir a pé.

Sob o eco de bombas cada vez mais distantes, a maratona se estendeu por intermináveis quarenta minutos.

Sérgio havia tirado a camiseta, que utilizava para conter o sangue do olho ferido. Foram instantes de completa cegueira. A vista esquerda, destruída, obviamente não podia ver nada. E a direita, ele mal conseguia abrir, lancinante era a dor.

Apoiado em Severino, o fotógrafo teve que parar várias vezes para vomitar. O gás havia ressecado sua garganta. A garrafinha d’água que compraram num posto de gasolina, logo no início da via crucis, não fora páreo para as reações químicas da fumaça. Sérgio tinha dificuldades para respirar.

“Em alguns momentos, ele queria parar”, recorda o professor. “Eu dizia: Força, você precisa continuar caminhando. Pensa nas pessoas que você gosta, na sua esposa, nas suas filhas, e vamos tocando o barco.”

Sérgio guarda poucas lembranças da caminhada: conversas monossilábicas com Severino, uma sede insaciável, cansaço, desespero, agonia. “A vontade que eu tinha era de me jogar no chão para ver se toda aquela dor diminuía.”

•

Não são apenas representantes de movimentos sociais, partidos de esquerda, defensores dos direitos humanos, imprensa e manifestantes que classificam a operação policial de 13 de junho de 2013 como violenta e desastrosa. “Aquilo se transformou numa briga de rua”, define Major Olímpio, “o que demonstra fragilidade e falta de planejamento da Polícia Militar.”

O deputado está longe de ser um “inimigo da PM”, e tampouco tem interesse em “atentar contra a imagem da corporação”. Major Olímpio trabalhou 35 anos na polícia. Utiliza sua patente e o logotipo da instituição em suas campanhas eleitorais. Está sempre tomando parte em iniciativas parlamentares para melhorar a vida e as condições de trabalho dos colegas. Entre os souvenirs que decoram seu gabinete, destacam-se um capacete da tropa de choque e seu quepe de oficial.

No entanto, como integrante da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa, o deputado estava no centro de São Paulo no dia 13 de junho, acompanhando as manifestações. “Aquilo estava uma zona generalizada. Você não conseguia identificar técnica policial nenhuma”, analisa. “Poderíamos ter tido — e estou falando no plural — cadáveres nas ruas.”

Major Olímpio debita os abusos que conferiu naquela quinta-feira à perda de controle da PM sobre seus homens. “Depois daquele momento inicial, ninguém mais tinha o comando de ninguém. Quando o componente estratégico falha, a possibilidade de ações individuais excessivas é muito maior.”

Um dos exemplos mais graves desses excessos foi o encurralamento de manifestantes, do qual o próprio parlamentar fora vítima. Em alguns momentos, Olímpio ficou entre as linhas policiais, sem ter por onde fugir, sob fogo cruzado da PM. “Disponibilizaram efetivo para confrontar e conduzir e confinar os manifestantes, não para dispersá-los.”

As violações perpetradas pela polícia motivaram a ONG Conectas Direitos Humanos a enviar denúncias aos relatores especiais das Nações Unidas para o Direito de Assembleia e de Associação Pacífica, Maina Kiai; Promoção e Proteção do Direito de Opinião e Expressão, Frank La Rue; Situação dos Defensores de Direitos Humanos, Margaret Sekaggya; Tortura e Outros Tratamentos e Punições Cruéis, Desumanas e Degradantes, Juan Mendez; e Detenção Arbitrária, El Hadji Malick Sow. Tais comunicados foram posteriormente reforçados com testemunhos sistematizados de dez vítimas, entre eles Sérgio Silva, comprovando os abusos.

“Uma das linhas que une todos os depoimentos é o encurralamento. Algumas pessoas usaram inclusive a expressão ‘gato e rato’ para descrever o que viveram nas ruas”, explica Rafael Custódio, coordenador do programa de Justiça da Conectas. “Todos disseram que os policiais estavam muito nervosos, contrastando com a ideia de que a corporação está preparada para lidar com manifestações. Estavam exaltados, xingando e batendo em todo mundo.”

O Centro de Comunicação Social da Polícia Militar se recusa a responder perguntas sobre os operativos de 13 de junho de 2013. E bloqueia qualquer tentativa de entrevista com o corregedor-geral da PM, coronel Rui Conegundes de Souza, ou com o comandante da tropa de choque naquela noite, o tenente-coronel Ben Hur Junqueira Neto. Com seu nome épico, cútis morena e bigode grisalho, Ben Hur é por enquanto o único rosto visível entre os oficiais à frente de tantos abusos.

A ONG recorreu à Lei de Acesso à Informação para saber qual foi a cadeia de comando da repressão na quinta-feira. Também pediu acesso aos relatórios de atividade da polícia. Sete meses depois, ainda não obteve resposta — e Rafael Custódio não acredita que vá obtê-las. Com todas as vias administrativas já esgotadas pela renúncia do governo estadual em cumprir a legislação, restará apenas recorrer à justiça.

Quando questionada diretamente sobre quem ordenou a repressão, a PM responde que Ben Hur era o único encarregado. No mesmo vídeo em que parabeniza os manifestantes, porém, o tenente-coronel explica ao jovem Maurício Costa, militante do Coletivo Juntos, uma das lideranças do movimento com quem o coronel negociava o trajeto da passeata: “Viu, as decisões não são minhas. Eu sou um intermediador, tá?”

A PM também se recusa a reconhecer a ocorrência de qualquer violação de direitos no episódio. Não admite sequer as caricatas detenções por porte de vinagre e as conduções para averiguação — procedimento ilegal em democracia. “Os eventuais abusos cometidos nos protestos de junho estão sendo apurados por meio de inquéritos policiais militares, em trâmite no comando de policiamento de área regional.” Conhecidas como IPMs, as investigações são sigilosas.

Em entrevista à *TV Folha* no dia seguinte ao protesto, 14 de junho, o coronel Reynaldo Simões Rossi (que seria agredido por mascarados em 25 de outubro de 2013, em manifestação pela tarifa zero no transporte público) sustenta a ideia de que a conduta dos policiais é sempre pau-

tada pela correção disciplinar. “A PM não admite excesso de conduta e está acostumada a cortar na própria carne. Excluímos entre duzentos e trezentos policiais por ano por desvios de conduta perpetrados.”

No entanto, uma nota da PM declara que desde 2000 — ou seja, nos últimos treze anos — nenhum de seus homens recebeu punições por excessos praticados durante manifestações públicas. Nem por desvio de conduta, nem por abuso de autoridade, nem por perpetração de violência, nem por violação dos direitos humanos, nem por quaisquer outras irregularidades.

“Não tivemos tais registros”, diz a assessoria de imprensa da corporação, destacando que o emprego indevido de armas de baixa letalidade em protestos tampouco resultou em sanções disciplinares no período. A polícia minimiza os efeitos perniciosos de bombas e balas de elastômero sobre a integridade física dos cidadãos. E tem uma só palavra a dizer sobre ferimentos, cegueiras e afins. “São indesejáveis.”

No dia 13 de dezembro de 2013, exatamente seis meses depois do tiro, Sérgio subiria à tribuna da Assembleia Legislativa de São Paulo, em sessão solene, para receber o 17º Prêmio Santo Dias de Direitos Humanos em nome de todos os jornalistas feridos nas jornadas de junho. Vestido com uma camiseta estampada com a frase “Chega de bala de borracha”, o fotógrafo denunciaria mais uma vez o descaso das autoridades.

“O governo do estado de São Paulo ainda não deu respostas à sociedade”, criticou, lamentando a existência de

políticos que, trinta anos após o fim da ditadura, coíbem violentamente o direito à livre manifestação. “O governo se finge de surdo, mudo e cego para o problema das armas menos letais, e quem acabou saindo cego dos protestos fui eu.”

•

Sérgio usava uma bandagem bege no olho esquerdo quando nos vimos pela primeira vez. Ainda não nos conhecíamos pessoalmente. Enquanto eu descrevia a cor da minha camiseta e lhe falava de minha calça jeans, óculos e bigode, ao telefone, tentando marcar nosso encontro, ele saiu-se com uma descrição rápida e precisa de si mesmo: “Você vai me reconhecer”, garantiu, “tenho um tampão enorme no rosto.”

Fazia quase três meses que perdera a visão e o adesivo ainda era necessário para proteger o ferimento das sujeiras da rua. Mas não se tratava apenas de recomendação médica: a marca que a bala de borracha imprimira em seu semblante incomodava demais. “Meu olho está bem feio”, contou. “Minha imagem, ainda hoje, é o retrato da violência.”

Durante nossa conversa, quase duas horas, Sérgio não se deixou ver sem o tampão. Mas contou que sua pálpebra rebaixada, e o olho injetado, fundo, desencadearam um processo traumático na filha pequena. Em sua presença, mesmo no sossego de um domingo à tarde, a menina passara a emitir pequenos ruídos, qual soluços assustados. O mesmo som saía da boca de Sérgio nos dias que se seguiram ao tiro. Na psicóloga, soube que os resmungos repentinos da filha eram consequência óbvia da agressão sofrida pelo pai.

Embora estivesse tentando tocar a vida, indo ao médico, aprendendo edição de vídeos e saindo para fotografar descompromissadamente vez em quando, as lembranças de tudo que poderia ter sido mas não foi nem nunca seria por causa do 13 de junho continuavam perturbando sobremaneira. “Dentro de mim, é terrível ainda. É terrível pensar nesse assunto.”

Os piores momentos eram quando se pegava sozinho. Vãs foram as tentativas de se distrair com um livro: em poucos minutos, o cérebro passava a ignorar a leitura, e o olho que lhe sobrou surfava sobre as palavras sem registrar nada. Toda concentração se dirigia aos momentos de dor e desespero da quinta-feira. “Minha cabeça vai sempre parar nesse assunto.”

Marcamos de tomar um café a apenas dois quarteirões da esquina onde Sérgio recebeu o tiro de borracha. Para chegar até lá, o fotógrafo desviou bastante seu caminho com o único objetivo de não colocar os pés naquele lugar de novo. Ainda não era hora. Havia retornado apenas duas vezes ao cruzamento da Consolação com a Caio Prado, sem querer. A primeira, numa ida ao médico, de táxi. A segunda, quando estava num ônibus. Chorou em ambas.

“Eu evito”, revelou, explicando o misto de sensações, todas ruins, que o lugar passou a lhe causar. “Dá raiva, mas também tristeza pelo fato de eu ter sofrido uma violência gratuita, sem qualquer justificativa.” Tempos depois, Sérgio me falaria sobre o inconformismo que prejudicou seu sono por meses a fio: “Cada pensamento era uma tentativa de encontrar respostas sobre por qual motivo logo eu, um cara que nunca usou a violência para nada, me tornei vítima dela.”

Mais que se indignar com o próprio destino, Sérgio está revoltado com a postura das autoridades. Não quer aparecer como mártir, mas lamenta que o sacrifício de seu olho esquerdo no auge da repressão não tenha sido suficiente para que a polícia deixasse de usar arsenais de baixa letalidade — ou para que, ao menos, os empregasse com maior cautela.

Nos protestos de 7 de setembro, Dia da Independência, menos de três meses depois, outro jovem teria a visão para sempre escurecida pela corporação. Vitor Araújo, de 19 anos, fora atingido no olho direito por estilhaços de uma das inúmeras bombas de efeito moral lançadas pela PM contra manifestantes no centro de São Paulo. Nove minutos da agonia do jovem estão registrados em vídeo e disponíveis na internet.

Nas imagens, ele aparece com uma camiseta branca no rosto, tentando estancar o sangramento. Um manancial vermelho escorre pela bochecha quando alguém tenta lavar a ferida. Não parece, mas Vitor está desesperado. “Eu só quero saber: estou cego ou não?”, pergunta aos manifestantes que lhe prestam socorro, em impulsos de nervosismo que rompem a calma aparente. “Eu quero saber se eu ainda tenho olho! Me fala a verdade! Mano, tá doendo demais!”

“Vi no sofrimento do Vitor toda minha angústia”, lamenta Sérgio, cujo calvário está registrado apenas em sua memória — e na de quem o socorreu. “Algo que não foi fotografado, não foi filmado, eu pude ver nele.”

Ao ver que a história se repetia, Sérgio reforçou a certeza de que seu infortúnio não se tratava de um

mero acaso. “São as mesmas armas, a mesma polícia, o mesmo governador e o mesmo secretário de Segurança Pública”, enumera. “A injustiça que cometeram comigo fica ainda maior, porque continua ocorrendo. Eles podem fazer isso parar, mas não tomam providências. Começa a virar uma questão política.”

A partir de agosto de 2013, Sérgio havia intensificado sua militância pela proibição das armas menos letais. Concedeu uma série de entrevistas e participou de debates, insistindo no tema da violência policial. Conheceu militantes das Mães de Maio, que acusam PMs pelo assassinato de seus filhos em bairros de periferia. Passou a fazer campanha pela assinatura de uma petição online, exigindo o fim das balas de borracha, que hoje possui mais de 45 mil assinaturas.

Em suas intervenções públicas, pedia ainda a desmilitarização da PM, causando certo incômodo em alguns membros da corporação. A expressão “Bala de borracha cega, mas não cala” tornou-se seu grande lema.

O fotógrafo também ensaiou algumas articulações institucionais. Na Câmara Municipal, participou de reuniões com vereadores em busca de uma sessão solene em homenagem às pessoas feridas nas jornadas de junho. Não conseguiu. Ignorado, Sérgio ainda teve de assistir aos parlamentares saudando PMs machucados em serviço durante a contenção dos protestos.

“Nada contra, mas e a gente?”, pergunta. Nesse meio tempo, por iniciativa do vereador Coronel Telhada, a Rota, tropa de elite da Polícia Militar, reconhecidamente violenta, recebeu a Salva de Prata, maior honraria do legislativo paulistano.

Sérgio também tentou sensibilizar sozinho o governo do estado. Evitando fazer alarde, contatou assessores do secretário de Segurança Pública, Fernando Grella, pedindo uma audiência com o homem que, em teoria, tem a palavra final sobre as ações da PM. Na época, ainda vigia uma efêmera proibição às balas de borracha. A ideia era entregar pessoalmente ao secretário uma cópia do abaixo-assinado, e lhe explicar cara a cara quantos prejuízos um pequeno projétil de elastômero pode trazer à vida do cidadão.

Em outubro, porém, a cidade assistiria ao crescimento da tática *black bloc*. Em meio a bancos vandalizados, um carro da Polícia Civil seria virado de ponta-cabeça. Como resposta, o governo voltou a patrocinar o retorno das balas de borracha às espingardas da PM. Ao mesmo tempo, os assessores de Grella, antes solícitos e atenciosos, passaram a ignorar os e-mails de Sérgio. O quadro havia se invertido.

Percebendo o tamanho do muro que estava tentando escalar, e com pendências médicas que só se acumularam no tempo em que se dedicara à militância, o fotógrafo foi reduzindo suas atividades políticas. “Estava precisando cuidar um pouco de mim”, explica. “E também do processo. Levei até bronca do meu advogado.”

•

Talvez o Judiciário surpreenda, mas nenhuma das partes envolvidas na ação que Sérgio está movendo contra a Fazenda Pública do Estado de São Paulo duvida de sua vitória. Também é consenso, porém, que vai demorar, e

muito, para que os tribunais deem um veredicto definitivo sobre seu caso. Por mais que o fotógrafo tenha razão em suas alegações, o contexto político e o funcionamento da justiça parecem ser-lhes desfavoráveis.

“A responsabilidade do poder público é objetiva”, explica o advogado do fotógrafo, Paulo Sérgio Leite Fernandes. “Nós provamos o fato, provamos a profissão do Sérgio, provamos a origem do ferimento e provamos os prejuízos. O Estado pode até se defender, mas será uma defesa apenas protelatória.”

Aos 78 anos, Leite Fernandes é dono de um escritório muito bem localizado na zona oeste de São Paulo. Em sua sala, toda amadeirada, as quatro paredes estão completamente tomadas por livros. Além dos óbvios volumes sobre Direito, há publicações sobre avarias marítimas, psicologia e LSD. Fotos do advogado com políticos influentes, como o governador Geraldo Alckmin e o vice-presidente da República, Michel Temer, completam a decoração.

Sérgio não teria condições financeiras de bancar a assessoria do decano bacharel, mas chegou até ele por uma coincidência: um de seus assistentes trabalha eventualmente para o sindicato dos professores, onde conheceu Severino, quem socorreu o fotógrafo. Numa entrevista com o advogado, contou sua história e conseguiu atendimento gratuito. “Faço isso até para expiar algumas culpas”, explica Leite Fernandes. “A gente sempre faz uma coisa boa porque fez uma coisa ruim lá atrás.”

Seu antagonista nos tribunais será um antigo estagiário, Elival da Silva Ramos, que hoje chefia a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo. “É o guardião do trono do gover-

nador”, provoca Leite Fernandes. Ramos, porém, prefere intitular-se simplesmente como advogado da administração. E, como defensor do Estado na querela, concorda com seu antigo professor sobre o resultado do processo.

“Sim, o governo vai ter que pagar. Só não pagaria se ficasse demonstrado que esse tiro partiu de outra arma que não a da polícia”, pondera, descartando imediatamente essa hipótese. “Não é o caso, ainda mais com bala de borracha, que é de uso privativo das forças de segurança.”

Esse consenso, explica Elival, está na raiz da vida em sociedade. Em teoria, diz, as ações do Estado se destinam ao benefício da coletividade. Uma ambulância, por exemplo. Sua função é socorrer a quem precisa. Na pressa de levar um ferido ao hospital, porém, o motorista pode bater no carro de um cidadão. Não é justo que o dono do veículo pague sozinho pelo sinistro. O Estado, então, indenizará o prejuízo com dinheiro público, dividindo os custos entre todos nós — porque, no fim das contas, todos nos beneficiamos da ambulância. Isso se repete em praticamente todas as esferas da atuação estatal, inclusive e sobretudo com a PM.

“A ação do Estado supõe riscos, especialmente a ação policial”, analisa o procurador. “Se o Estado, em sua atividade, provoca algum dano, esse dano deve ser repartido entre todos. Todos nós pagamos. É uma ideia correta.”

De acordo com o procurador-geral, sequer é necessário comprovar quem foi o policial responsável pelo “desvio de conduta” para que a vítima receba indenização. Basta saber que o Estado é responsável. No caso de Sérgio, isso significa que seus advogados não precisarão apon-

tar quem disparou. Mesmo que tenha sido um acidente, mesmo que o soldado não tenha tido a menor intenção de cegá-lo, mesmo que tivesse tomado todas as precauções técnicas no manuseio do armamento, mesmo assim, o fotógrafo teria direito à indenização.

“Para efeitos de indenização, não importa a culpa do policial. Se foi um agente público que disparou, com certeza, então o Estado indeniza. A questão é que, se o PM agiu sem cautela, ele responderá por isso depois, para indenizar o Estado. Mas uma coisa não depende da outra”, continua Elival. “A PM fará suas apurações. Se o policial não for culpado, o Estado paga e pronto. Se for, entra com uma ação contra o policial. O Estado indeniza a vítima nos dois casos.”

Sérgio está pedindo uma série de compensações ao poder público estadual. “Ele é fotógrafo”, argumenta o advogado na peça remetida aos tribunais. “Olho e câmera são seus instrumentos de trabalho. Ou eram. Frente às sequelas, não poderá mais tirar retratos, atividade que, de resto, é, ao lado da mulher e filha, motivo maior de sua paixão. Perdeu a possibilidade de enxergar em profundidade.”

Leite Fernandes recorda princípios constitucionais, artigos do Código Civil, doutrinas jurídicas e decisões anteriores do Supremo Tribunal Federal para sustentar o pedido. Ao final, com base na jurisprudência, sugere uma indenização de R\$ 800 mil — apenas pelos danos morais causados pela bala de borracha.

Mas o tiro deixou outras sequelas, que também estão sendo cobradas na justiça. Sob a rubrica de “danos materiais”, Sérgio pede R\$ 400 mil, referentes aos evidentes

prejuízos estéticos impostos a seu rosto pelo impacto do elastômero. Leite Fernandes procura desfazer controvérsias citando decisões anteriores do Superior Tribunal de Justiça que preveem distinção entre danos morais e estéticos.

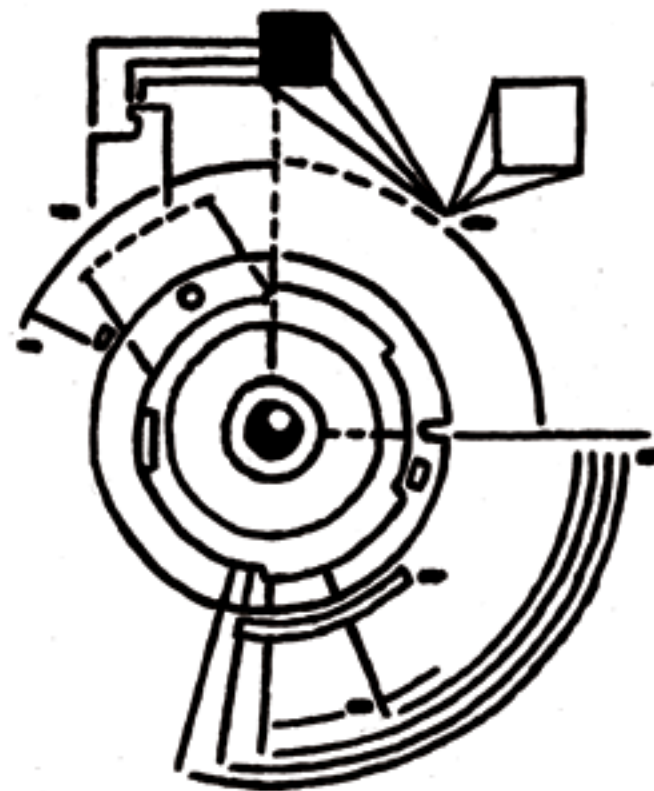
“O dano estético é marca indelével a carregar no olho eternamente, mesmo que seja possível ocultá-la de outrem. O dano moral é o sofrimento decorrente da perda da visão, da possibilidade de trabalhar como fotógrafo, da tranquilidade, enfim.”

Os danos materiais propriamente ditos — ou seja, os prejuízos financeiros oriundos do ferimento — se referem aos gastos com que Sérgio terá que arcar pelo atendimento que recebeu no Hospital Nove de Julho. O fotógrafo pensou que seu convênio médico cobriria os primeiros socorros na instituição. Não cobriu. Hospitais privados não podem negar atendimento, mas não estão obrigados a fazer caridade.

“Ele tem que pagar o hospital, senão podem negativá-lo”, lembra Leite Fernandes.

Os primeiros procedimentos oftalmológicos no Nove de Julho lhe custaram R\$ 3.894,67. É um débito que pode criar ainda maiores complicações financeiras à vida do fotógrafo. Por isso, seu advogado entrou com um instrumento emergencial conhecido como antecipação de tutela, que nada mais é do que uma liminar para que Sérgio receba esse valor imediatamente, e possa assim saldar a dívida no hospital.

“Essa ação toda vai demorar, no mínimo, dez anos”, adverte Leite Fernandes. “Quando Sérgio veio me procurar, eu sentei meu assistente mais novo aqui do lado. Porque ele vai continuar o trabalho que eu comecei. A Fazenda



Pública vai resistir durante anos. Anos e anos. Eu provavelmente vou morrer no meio do caminho. Ações desse tipo costumam sobreviver aos advogados.”

O procurador-geral do Estado explica que essa demora não se deve tanto à resistência do poder público em arcar com as consequências desastrosas de seus representantes, mas aos procedimentos comuns e correntes da justiça.

“Se a vítima ganha a ação em primeira instância, vai haver recurso necessariamente, porque é obrigatório: mesmo que o Estado não queira recorrer, o juiz manda ele mesmo para segunda instância”, conta. “Então, haverá novo julgamento. Se a decisão não for unânime, a Fazenda Pública entra com novo recurso: os embargos infringentes. Às vezes, a ação passa por três níveis. Sem contar que é preciso fazer perícias.”

Daí o pedido de tutela antecipada. Os tribunais paulistas, porém, não veem necessidade de que o Estado pague imediatamente esses quase quatro mil reais. Se é verdade que o fotógrafo vencerá o processo, os fatos demonstram que, em apenas três meses de tramitação, ele já perdeu três batalhas.

No dia 8 de outubro de 2013, o juiz Henrique Rodrigues Clavio, da 10ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, indeferiu o pagamento dos R\$ 3.894,67. Apesar de todos os indícios, e da alegada bala de borracha, o magistrado não conseguiu ver um claro “nexo de causalidade” entre a cegueira do fotógrafo e a ação da polícia.

Remetida à segunda instância, a liminar foi novamente negada. “Não verifico a existência da prova inequívoca do direito invocado pelo autor, dependendo a matéria de

melhores elementos de convicção a serem trazidos no curso da instrução, mormente no que se refere ao nexo de causalidade entre o evento danoso e a alegada responsabilidade do Estado”, decidiu o desembargador Rebouças de Carvalho em 14 de outubro de 2013.

A antecipação de tutela foi enviada, então, ao Tribunal de Justiça, para votação colegiada. A interpretação de Rebouças prevaleceu.

Em 30 de outubro, após sua petição ter sido rechaçada pela terceira vez, Sérgio postou no Facebook o vídeo em que policiais agredem um grupo de jornalistas que cobriam as manifestações de 13 de junho, uma das evidências explícitas de que a PM atacou repórteres naquela quinta-feira. “É lamentável ter que assistir a uma coisa dessas, ficar cego de um olho e ouvir de um juiz que não tenho prova nenhuma de ter sido atingido por bala de borracha.”

Já o advogado não se surpreende com a decisão. Nesses casos, diz, o Judiciário tem um papel político muito claro. “O juiz tem independência para negar, não para conceder. Se concede, vai ser enrabado de todos os lados. Terá a carreira prejudicada”, aponta, explicando por quê a balança pende para o lado do Estado. “Sérgio não é a única vítima da polícia nos protestos. Há muitas outras. Juízes podem ter uma pilha de reivindicações assemelhadas, e uma tutela micrométrica como essa pode abrir margem a uma catadupa de outras reivindicações.”

Para Leite Fernandes, o contexto de agitação social, com a expectativa de novos protestos em 2014, devido à Copa do Mundo, não ajuda a causa do fotógrafo. O advogado aposta

que mais manifestações ocorrerão no país e que mais gente será prejudicada pela repressão policial. Consequentemente, haverá mais pedidos de indenização. “Os juízes fazendários estão com medo. Estão com medo de administrar tudo isso.”

Há ainda problemas orçamentários. Elival da Silva Ramos lembra que uma decisão favorável à vítima pode comprometer a receita estadual. “Claro, quatro mil reais não é nada, mas se você multiplicar esse valor por todo mundo que tem direito à reparação de danos, e que pedir pagamento imediato, se você tiver centenas de juízes concedendo as antecipações, haverá impacto tremendo sobre as finanças públicas”, explica. “O Estado vai receber uma conta que não está preparado para pagar.”

De acordo com o procurador-geral, o poder público cumpre com suas obrigações indenizatórias não com base no que é justo, mas dentro das possibilidades do Orçamento. Atualmente, afirma, o governo paulista empenha cerca de 1,5% de sua receita líquida para honrar as compensações ordenadas pela justiça. Essa porcentagem corresponde a aproximadamente R\$ 1,5 bilhão. Outros R\$ 200 milhões são gastos com ações menores. “O Estado tem que se programar.”

Derrotas e burocracias à parte, somando todas as indenizações, o fotógrafo pretende receber do estado de São Paulo a quantia de R\$ 1.203.894,67. Além das compensações, espera uma pensão mensal no valor de R\$ 2.034,00, tomando por base os rendimentos que obtinha como freelancer quando ainda possuía a visão perfeita. Deseja ainda que o poder público arque com a mensalidade de seu plano de saúde, que hoje custa R\$ 316,05.

“Ainda não recebi um centavo de ninguém”, adianta. “E abriria mão de tudo isso se pudesse ter meu olho de volta.”

•

Comemorado em 20 de novembro, o Dia da Consciência Negra também serviu para que Sérgio comesçasse a encarar seus fantasmas. Em São Paulo, movimentos sociais lembraram a luta de Zumbi dos Palmares com uma passeata pela Avenida Paulista e Rua da Consolação, terminando no centro da cidade. Com os inseparáveis óculos escuros, adotados depois que parou de usar o tampão bege, Sérgio engrossou o protesto munido de sua antiga companheira de trabalho.

Desde a repressão do dia 13 de junho, do tiro e da cegueira, era a primeira vez que o fotógrafo saía de casa exclusivamente para registrar uma manifestação pública. Um mês antes, sequer cogitava essa possibilidade. “Não, cara, a situação ainda está muito violenta, muito brutal”, diria. “Ainda não é o momento.”

Quando chegou a hora, sustentando nos dedos o peso do trauma, Sérgio tremeu em alguns cliques. Um deles, em especial, traria à tona toda a memória da dor. Queria enquadrar os policiais que acompanhavam o protesto, deixando em primeiro plano um estêncil com os dizeres “Por que o senhor atirou em mim?”, impresso numa lixeira da Avenida Paulista. A frase, dita pelo adolescente Douglas Rodrigues após ser alvejado por um PM, antes de morrer, virou símbolo da luta contra o genocídio da juventude negra na periferia.

A foto tinha tudo a ver com o dia e o protesto. Era inofensiva. A manifestação se desenrolava na tranquilidade de um feriado ensolarado. Mas havia viaturas circulando, gente fardada, rostos para fora do camburão monitorando os movimentos do fotógrafo.

“Pela primeira vez na minha vida, senti medo de apertar o botão da câmera”, escreveu no Facebook. “Apesar de não dever nada, absolutamente nada, fiquei tenso e falhei no enquadramento.”

Muitos amigos comentariam o post, parabenizando Sérgio e manifestando apreço pela mensagem contida na foto. Não demoraria para que a imagem se transformasse num divisor de águas pessoal. “Tive coragem de encará-los e fazer a foto. Embora ela não tenha saído do jeito que eu queria, valeu pelo momento.”

Naquele dia, Sérgio fotografaria bastante — e bastante gente. Foi sentindo novamente a sensação de caminhar pelo asfalto sem o receio de ser atropelado. Reencontrou colegas de trabalho. Recebeu solidariedade de muita gente. Sentiu-se à vontade.

Enquanto seguia os manifestantes, porém, lembrou que a marcha passaria pelo lugar onde menos quisera estar nos últimos cinco meses: a esquina da Consolação com a Caio Prado, cruzamento que evitou com todas as forças de suas pernas, nos longos caminhos alternativos que preferiu trilhar quando passou pela região.

“Eu estava com amigos, e pensei que poderia encerrar”, lembrou Sérgio, já fortalecido, durante uma rápida conversa que tivemos dias depois, no exato pedacinho de calçada onde levou o tiro. “Durante a passeata, parei na frente da banca e falei: tirem uma foto de mim. E tiraram. Se eu não tivesse vindo aqui na quarta-feira, não estaria conversando com você aqui agora.”

Sérgio ainda sofre quando coloca os pés naquela

encruzilhada de más recordações. Apesar de os óculos escuros não deixarem entrever o olho cheio d'água, seus lábios e bochechas, ligeiramente tremendo, e a voz embargada denunciavam a emoção.

O sentimento se dissiparia com o tempo, e ele voltaria propositalmente à esquina em pelo menos outras duas oportunidades. Numa delas, tarde da noite, afixou na banca uma foto sua, um autorretrato que tirou após o ferimento, com os dizeres: “Pense duas vezes antes de atirar: bala de borracha pode cegar.”

À noite, passou para conferir se a imagem ainda estava lá. Não estava. Apenas quem perambulou pela esquina nas primeiras horas da manhã de 13 de dezembro de 2013 teve a chance de ver o cartaz: seu modo de recordar os seis meses da violência.

•

Quando pedi para Sérgio definir essa temporada, ele não demorou muito para responder. “Foi inconstante”, cravou. “Ora me pego com bastante ânimo de superação, ora ainda fico muito triste. Agora, almoçando com você, estou bem. Vinte dias atrás, logo depois da cirurgia, fiquei mal pra caramba, bem deprê mesmo.”

No começo de novembro, Sérgio daria entrada no hospital novamente — desta vez, para retirar o olho que outrora tentara salvar. No lugar, colocou uma prótese: uma esfera de polímero sintético que só não se parece tragicamente com uma bala de borracha porque cheia de orifícios.

“O aspecto lembra mais uma pedra-pomes”, com-para Elisabete Nogueira Martins, médica do H. Olhos. “Com o tempo, esse material é incorporado pelos tecidos da cavidade ocular. Vasos, mucosa e músculos vão crescendo e aderindo à esfera.”

A substituição do órgão imprestável pela bolinha porosa é um procedimento puramente estético. Sérgio poderia conviver com o olho ferido sem que sua presença trouxesse complicações clínicas. “Mas, quando deixa de ter sua principal função, que é enxergar, ele começa a atrofiar. Vai murchando mesmo”, explica a oftalmologista, argumentando que os olhos fundos acabam afetando a autoestima do paciente. “Com a cirurgia, diminuímos o estigma.”

O passo seguinte seria cobrir o globo postiço com outra prótese, essa sim imitando as partes visíveis do olho: íris, pupila e esclera. Sérgio pode tirá-la e colocá-la sozinho, como uma lente de contato. Com as duas próteses, Elisabete garante que será difícil para algum desavisado saber que o fotógrafo perdeu o olho esquerdo. “Terá uma movimentação quase normal.”

As previsões otimistas motivaram Sérgio a encarar a nova temporada hospitalar. Contudo, o pós-operatório buliu com suas piores recordações.

“Olhei no espelho e me vi de novo com a cara inchada. Fiquei pensando: tanto tempo já passou e continuo sentido dor”, relata, dizendo que seu ânimo melhora ao sabor da reabilitação. “Agora é só uma questão estética, mas posso dizer que essa história começou em junho e ainda não terminou.”

Sérgio há tempos vem se perguntando qual será o desfecho da novela. Voltar a fotografar? Sair de casa sem que ninguém perceba a falta de seu olho esquerdo? Receber as indenizações que lhe cabem?, questiono. Diz que sim, mas não só.

Ele gostaria que ninguém mais perdesse a visão por causa de balas de borracha, bombas de efeito moral ou quaisquer outros artefatos menos letais. Também deseja conviver com uma polícia desmilitarizada, uma corporação que apoie o cidadão, que não agrida nem mate ninguém.

“Essas seriam boas perspectivas sociais para meu filme final”, revela. “Mas, pessoalmente, para mim, Sérgio, isso nunca vai ter fim.”

Sérgio tenta se convencer de que sua deficiência visual pode se transformar em vantagem. Não porque conseguirá uma pensão do Estado, incerta, mas porque, seguindo o exemplo de alguns artistas, tem percebido que enxergar menos lhe permitirá ver o mundo de uma maneira exclusiva, que jamais conseguiria se ainda pudesse contar com ambos os olhos.

“Você já assistiu àquele filme, *Janela da Alma?*”, pergunta, fazendo referência ao documentário lançado em 2001 pelos cineastas João Jardim e Walter Carvalho. “Já ouviu falar de um filósofo chamado Evgen Bavcar?” Ao ouvir minha negativa, explica: “É um fotógrafo cego.”

Hoje com 66 anos, Bavcar perdeu completamente a visão ainda na infância. Começou a manusear a câmera depois disso. No filme, o pensador esloveno explica que seu trabalho é fotografar as paisagens que enxerga com

os olhos da imaginação. Faz o mesmo com pessoas. Ao criticar o mundo atual, excessivamente pictórico, atesta: “Não temos mais a imagem interior, vivemos uma cegueira generalizada.”

Sérgio até comprou um livro de Bavcar, *Memória do Brasil*, com fotos feitas por seu mais novo ídolo durante viagem ao país. “Ele consegue fotografar cheiros, sons, temperaturas, coisas aparentemente invisíveis, mas que ele vê. É incrível”, comenta. “Acho que, a partir de agora, conseguirei olhar para o mundo prestando mais atenção nos detalhes. Talvez comece a desenvolver um sentido mais aguçado para certas situações.”

No futuro, Sérgio pretende retomar a fotografia com um trabalho mais autoral, artístico, pautado pela denúncia das desigualdades sociais: não consegue entender como nossa sociedade pode suportar a miséria. Foto-jornalismo, eventos, shows, dificilmente voltará a ganhar a vida assim. Sabe que a ausência do olho esquerdo o coloca em desvantagem no competitivo e precarizado mercado dos freelancers.

“Na hora de contratar um fotógrafo, vão optar por um profissional com os dois olhos ou com um olho só?”, questiona, antevendo a resposta.

Assim como acontece quando esbarra em transeuntes pela rua, tropeça em degraus ou derruba açúcar na mesa, seu otimismo esmaece nos momentos em que tromba com fragmentos da realidade. Por isso, no sobe e desce da perseverança, Sérgio prefere manter os pés no chão.

“É possível continuar, mas não vai ser normal. Nem vai

ser como era antigamente. Por mais que eu tenha uma readaptação fantástica, sei que nunca voltarei a enxergar com o olho esquerdo”, admite. “Sempre terei essa lembrancinha.”

• • •

WM
SEGUN
D
AN
II
VER
(2015)
SÁR
III

Sérgio invadiu a cena, “Filho da puta!”, gritando. Tinha seu pesado instrumento de trabalho pendurado no pescoço. “Não está vendo que isso aqui é uma câmera?!”, berrou, enquanto o policial de mentira, atônito, se encolhia na cadeira. Há exatamente dois anos, naquela mesma esquina, o policial de verdade não viu que Sérgio trazia nas mãos uma máquina que produz nada além de imagens digitais. Não quis ver. Dentre as várias balas de borracha que disparou, uma bastou para destruir o olho esquerdo do fotógrafo.

Mais de setecentos dias depois, não houve indenização, responsabilização e muito menos punição ao culpado. Ainda não se sabe quem puxou o gatilho nem quem deu a ordem para reprimir com tamanha violência os manifestantes que ganharam as ruas do centro de São Paulo no início da noite de 13 de junho de 2013. Na falta de justiça, resta a

memória. Para lembrar tão infame efeméride, o grupo de teatro Companhia do Ernesto improvisou a encenação da peça *A ordem partiu de quem?* no cruzamento da Rua da Consolação com a Rua Maria Antonia.

Cerca de cem pessoas trocaram os embalos individuais de sábado à noite para, juntas, descomemorar o episódio. “Bala de borracha cega, mas não cala”, costumava dizer Sérgio nos primeiros meses de sua parcial cegueira. Desta vez, não se ouviu o slogan quando tomou o microfone: estava implícito. “Estão se completando dois anos desse ataque infeliz de um governo que cada vez tem colocado o povo mais pra baixo.”

O ataque a que Sérgio se refere marcou o quarto dia de protestos convocados pelo Movimento Passe Livre, em 2013, exigindo a revogação do reajuste na tarifa de transporte público em São Paulo: graças a uma ação coordenada da prefeitura e do governo do estado, o bilhete havia subido de R\$ 3 para R\$ 3,20. O descontentamento depois se espalharia pelo país, numa rebelião popular que produziu manifestações em mais de cento e vinte cidades e balançou as estruturas de Brasília. Foram as jornadas de junho.

Muita gente acredita que as cenas de violência vistas no dia 13, em São Paulo, quando Sérgio perdeu o olho, determinaram a massificação e nacionalização dos protestos. Outros, não. Eu não: para mim, o repentino apoio dos grandes meios de comunicação, convocando as pessoas às ruas enquanto desvirtuavam as raízes do movimento, foi o que mais contribuiu para aquela avalanche de gente. Seja como for, a repressão foi intensa.

Pelo menos cento e cinquenta cidadãos, entre manifestantes, jornalistas e transeuntes, sofreram algum tipo de violência perpetrada pela Polícia Militar de Geraldo Alckmin naquela noite. As imagens das agressões ganharam as redes em fotos e vídeos: lambadas de cassetete no rosto e nas costas, surras covardes, assédio sexual, ameaças de estupro, estilhaços de bombas, sufocamento por gás — e, claro, tiros de borracha. Dois retratos chocaram sobremaneira: o da repórter Giuliana Vallone sentada na sarjeta com o olho invisível atrás de uma pelota enegrecida de sangue pisado; e o de Sérgio, numa cadeira de rodas, com as pálpebras cerradas e o fatídico diagnóstico.

Foi uma noite de “dores indizíveis”, me relatou, quando conversamos pela primeira vez, ainda em 2013, poucos meses depois. Quase todas as pessoas que voltaram à esquina para assistir à peça têm relatos pessoais da brutalidade policial: são memórias oculares ambulantes. Nenhuma delas, porém, testemunhou o momento em que o fotógrafo foi atingido. Além disso, pouca gente presenciou o martírio de Sérgio. Quem viu — e socorreu — foi Severino Honorato, que estava na manifestação junto com companheiros do sindicato dos professores.

Hoje não dói mais. Não fisicamente. Mas a memória ainda lateja. “Quando se fala em 13 de junho de 2013, a primeira coisa que me vem à cabeça é a dor que senti quando tomei o tiro”, me disse Sérgio, dois dias antes do teatro, dois anos depois. Outras recordações vão aparecendo mais lentamente. “Há pouco tempo me lembrei que, quando tentei abrir o olho, logo depois de ser atingido,

enxerguei o chão.” Foi a última imagem registrada pela pupila que já não existe: o lampejo distorcido de uma visão que, arrebatada pelo tiro, teimava seguir enxergando. “Foi muito rápido: o chão e, depois, a escuridão total.”

Então vieram os curativos, incontáveis; as cirurgias, duas; e a prótese, definitiva, que hoje disfarça bastante bem a deficiência visual. Tal como prometeram os médicos, a bolinha sintética que Sérgio tem no lugar do olho deixou-se aderir pelos nervos ópticos que se ligavam ao antigo órgão — e se mexe quase que naturalmente, tentando acompanhar o movimento da vista direita.

Em nosso último café, Sérgio conseguiu, sem maiores cerimônias, despejar o açúcar diretamente na xícara: não derramou os cristaizinhos brancos pela mesa, como da primeira vez. Chegou a bater com a mão no gravador que registrava sua voz, como na outra ocasião, mas de raspão, sem derrubá-lo. Atravessar a rua, hoje, é menos difícil que outrora, porém ainda não chega a ser moleza. “Não é mais propriamente um medo, mas uma atenção redobrada, que me acompanha em tudo o que vou fazer”, explica. “Não faço mais nada no impulso.”

O passar dos dias levou Sérgio a retomar a fotografia de manifestações, ao contrário do que imaginava acontecer tão cedo. Em 12 de abril, integrou a força-tarefa jornalística que cobriu voluntariamente uma série de ocupações realizada pelo Movimento Sem Teto do Centro em prédios abandonados de São Paulo. “Houve ação policial e jogaram uma bomba”, diz, falando do receio que desde então sente ao ficar perto da Polícia Militar. “Principalmente quando

estou com uma câmera na mão. Os soldados parecem ver a lente como uma arma apontada na direção deles.”

Assim como muitos profissionais de comunicação, e com mais motivos, Sérgio ficou com a impressão de que a imprensa é vista pelas tropas repressivas como uma ameaça. “Devagar, aos poucos, estou voltando a me colocar em situações que pra mim são muito difíceis. Mas quero fazê-las, mesmo enxergando com um olho só.”

O tempo pode ser um bom amigo da recuperação física, mas nem tanto da volta por cima. Sérgio se esforça para não deixar a peteca cair. Nas últimas semanas, e por várias vezes, pensou em ficar na sua e deixar a data passar em silêncio. “Faço, não faço, faço, não faço...”, questionou-se. “Decidi fazer. Pelo menos reúno pessoas que gostam de mim.” É como se 13 de junho fosse seu segundo aniversário, né?, perguntei. “É”, respondeu Sérgio, que completa 34 anos em outubro. “Mais ou menos isso.”

Quando se passaram seis meses do dia em que perdeu a visão, o fotógrafo afixou lambe-lambe com uma foto de si mesmo na banca de jornais que fica bem na esquina onde levou o tiro. Quando o ferimento fez um ano, Sérgio inaugurou a exposição *Piratas Urbanos*, com retratos de amigos, familiares, colegas de profissão e personalidades escondendo a vista esquerda com um tapa-olho bucaneiro. Depois de ficarem em exposição em Pinheiros, na zona oeste, as imagens foram exibidas no Vale do Anhangabaú, no centro. Agora, aos dois anos, escolheu uma peça de teatro.

“A arte é muito sincera”, avalia, ao explicar sua preferência por marcar a data do olho perdido com manifes-

tações artísticas. “Ela encurta o diálogo com as pessoas. Tudo fica mais compreensível e faz mais sentido, exatamente por causa dessa honestidade.”

Talvez pouca gente tivesse se emocionado com o relato de Sérgio sobre o dia em que perdeu o olho, a dor da mutilação e o sofrimento da recuperação. Eu nunca chorei ao ouvi-lo — e foram muitas vezes. Mas vê-lo desabafar em cena contra um policial fictício foi arrebatador.

“A questão não é minha história pessoal, mas uma discussão sobre o que levou com que eu fosse atingido por uma bala de borracha”, afirma. “Me sinto na obrigação e com vontade de me manifestar, de falar e de fazer com que as pessoas conheçam o episódio. A arma que me cegou continua sendo disparada contra os manifestantes.”

Sérgio tira energia de uma conversa que teve com Alex Silveira, fotógrafo que perdeu oitenta por cento da visão do olho esquerdo em 2000 ao cobrir uma greve de professores no centro de São Paulo. Foi atingido pela mesma bala de borracha disparada pela mesma polícia. “Quando nos encontramos, ele me disse: Sérgio, se prepara, porque sua história vai cair no esquecimento. Foi isso que aconteceu comigo”, relata. “Foi dolorido ouvi-lo, mas ele estava sendo realista. Então pensei: Isso não pode acontecer de novo, mais uma história de violação a passar impune.”

Sérgio gostaria que a memória da repressão de 13 de junho estivesse sempre viva na cabeça das pessoas. Mas sabe que não tem sido assim. Logo depois de haver perdido a visão, e de a bala de borracha ter feito centenas de vítimas menos graves ao redor do país, houve algumas

discussões sobre a proibição do artefato. “Eu tinha muita esperança de que a própria polícia adotaria outro tipo de postura, que haveria mais discussão sobre a desmilitarização”, lembra. “Até aconteceram algumas coisas, mas foi só no calor do momento.”

Após as jornadas repressivas de 2013, o governo do estado de São Paulo baixou uma norma impedindo a polícia de empregar as chamadas balas de elastômero contra manifestantes, mas voltou atrás logo em seguida, dizendo que o crescimento da tática *black bloc* — bode expiatório da vez — demandava respostas enérgicas do poder público. De outro lado, um projeto de lei foi apresentado ao Congresso para proibir o uso dos projéteis contra manifestantes: não passou sequer das comissões.

Outro texto, com os mesmos propósitos, tramitou pela Assembleia Legislativa de São Paulo. “Um ano depois, a discussão ainda estava viva”, lembra. “O projeto foi aprovado por unanimidade pelos deputados estaduais, mas acabou sendo vetado pelo governador.”

Ao justificar a medida, em dezembro de 2014, Geraldo Alckmin argumentou que “a polícia precisa ter liberdade dentro dos seus protocolos de trabalho para administrar a maneira como estabelece a ordem pública e protege os cidadãos.” No *Diário Oficial*, escreveu: “A vedação do uso dessa munição causará o nefasto efeito de desaparecer os agentes encarregados do controle de distúrbios civis, podendo contribuir para a degeneração dos manifestos populares, com agravamento do número de vítimas e da seriedade dos danos”.

Depois disso, lembra Sérgio, a discussão acabou.

Fora dos palácios, o fotógrafo conseguiu juntar mais de 45 mil adesões a um abaixo-assinado pedindo a proibição dos projéteis de borracha. Chegou a reunir-se a portas fechadas com Fernando Grella, então secretário de Segurança Pública de São Paulo, para entregar-lhe pessoalmente a petição. Em troca, recebeu nada além de promessas vazias. “Depois de junho vimos muitas outras cenas de abuso policial”, continua. “Nas manifestações contra a Copa do Mundo, houve mais uma pessoa que perdeu a visão: Vitor Araújo, de apenas 19 anos, atingido por um estilhaço de bomba.”

A amnésia coletiva existe, conclui Sérgio, com uma importante ressalva: “Uma parte das pessoas não esquece.” O fotógrafo ainda se surpreende quando encontra gente que nunca viu na vida, mas que conhece a história da violência que sofreu. “Outro dia um rapaz passou de carro e buzinou pra mim. Eu não entendi. Perguntei: É comigo? Ele disse que sim, e tapou um dos olhos”, conta. “São pessoas que fazem questão de me dizer que lembram do que aconteceu. Já aconteceu mais de vinte vezes.”

Ressignificando datas, dores e sensações, Sérgio procura encontrar combustível na frustração que o acompanha. Se nada mudou quanto aos métodos policiaiscos do Estado, isso é mais um sinal do desrespeito sistemático aos direitos humanos que vigora no país. “É a realidade que vivemos”, argumenta, “e o peso dessa realidade me motiva a trabalhar.”

Mudança: o fotógrafo quer mudança. Até porque, pouco a pouco, vai sentindo na pele as deficiências do



sistema. “O processo que movi contra o governo está debaixo da bunda de alguém”, lamenta, contando que, dois anos depois, ainda não recebeu nenhuma manifestação do Judiciário.

Ou melhor, recebeu sim: juízes e desembargadores foram muito rápidos em indeferir o pedido de antecipação de tutela impetrado pelos advogados em primeira e segunda instâncias. Cientes de que a peleja entre fotógrafo e Estado vai se arrastar por anos, talvez mais de dez, seus representantes queriam apenas que a Fazenda Pública pagasse os quase quatro mil reais gastos com os primeiros socorros que recebeu no Hospital Nove de Julho. Não, escreveram os magistrados, porque não está provado que a lesão foi causada pela PM.

Antes de encerrar a conversa, entro no clima teatral e faço um exercício de ficção: Sérgio, pergunto, será que nossa próxima entrevista será pra falar da indenização que você terá recebido do Estado?

O fotógrafo ri, talvez porque não quer mais chorar: “Se é pra sonhar, responde, que seja também pra falar da punição aos culpados por tudo isso...”

• • •

L A Ç O S D E F A M Í L I A (2016)

- Lilith, eu é que vou te levar pra escola hoje.
- Por quê, vó? Cadê minha mãe?
- Tá no hospital. O Sérgio sofreu um acidente.
- Acidente?
- É, um acidente. Mas tá tudo bem.

Lilith assentiu e tentou acreditar. A avó costumava ser muito exagerada, exasperava-se com qualquer coisinha, fazia alarde por nada, preocupava-se à toa. Fosse um acidente realmente grave, pensou, ela jamais diria que estava tudo bem. Jamais.

Com doze anos, Lilith era a típica pré-adolescente que vivia no mundo da lua, meio calada, meio fechada, às vezes se esquecia do dever de casa e da data das provas. Ainda assim, juntou os pontos. O pai havia saído na tarde anterior para trabalhar. Já eram seis horas da manhã e ele

ainda não tinha voltado. Agora, a avó falava em acidente. O que tinha acontecido, afinal?

Foi ao colégio agoniada, com a cabeça cheia de perguntas para as quais não tinha resposta. Só pensava no tal acidente. Por isso, naquele dia, não conseguiu se concentrar nas aulas. Tampouco aproveitou a festinha junina com os colegas na hora do recreio.

— Alô? Oi, mãe! Sim, tou na escola. Quê? Sim, a vó me falou que ele teve um acidente. Mas que acidente foi esse? Quê? Bala de borracha? No olho? Mas por quê? Como assim?

Quando acabaram as aulas, Lilith voltou pra casa, abriu a porta da sala e deu de cara com o pai. A avó assistia a um daqueles programas sensacionalistas que povoam a televisão brasileira no período da tarde. Emoldurado por manchetes escandalosas sobre o fotógrafo ferido durante a manifestação do Movimento Passe Livre, um apresentador gritava e gesticulava, alternando a atenção das câmeras com a imagem de um rapaz cabisbaixo.

O olho esquerdo estava encoberto por um hematoma sanguinolento. O nariz, inchado. A expressão inspirava dor e desolação: uma tristeza profunda. A cadeira de rodas, a enfermeira e a roupa de hospital arrematavam a cena. O retrato, que naquele momento era transmitido em rede nacional, também circulava em alta velocidade de compartilhamento pelas redes sociais.

— Foi assustador ver a imagem do meu pai num programa que só mostra coisas horríveis. E ele estava chorando. Isso acabou me deixando mais desesperada,

sabe? — diz, quase três anos depois. — O que está acontecendo? Cadê minha mãe? Cadê todo mundo?

Os parentes preferiram preservar a sensibilidade de Lilith e da irmã mais nova, Elis, que então tinha apenas sete anos: não permitiram que vissem Sérgio deitado no leito hospitalar, tomando soro e analgésicos na veia. O reencontro só ocorreria três dias depois, quando os médicos lhe deram alta.

Mãe e avó haviam preparado um almoço especial de boas-vindas. Convidaram toda a família, e fizeram questão da presença de um novo amigo: Severino Honorato, professor da rede pública que socorrera um fotógrafo que urrava com a dor de seu olho transbordando em sangue enquanto tentava orientar-se em meio à neblina lacrimogênica daquele 13 de junho. A emoção arrebatou Lilith quando o pai botou os pés porta adentro. Depois, um certo alívio, ele voltou, que não duraria muito.

— Como seria dali pra frente? Eu via que meu pai estava muito mal, muito mal, muito mal. Pensava em tudo o que tinha acontecido: no susto, no terror da noite e no olho dele... porque ele é fotógrafo, né? E agora? E agora? E agora? E ele dizia: tá tudo bem. Todo mundo me dizia que tava tudo bem. Ao mesmo tempo, eu sabia que ele estava péssimo. Eu simplesmente não entendia o que estava acontecendo. Então, só ficava quieta e olhando.

Lilith não consegue lembrar se chorou. Também não recorda do que fez alguns dias depois, em 8 de julho, quando completou treze anos. Vasculha a memória, mira o horizonte procurando recordações fugidias, ensaia algumas lembranças:

— Acho que fui pra casa de uma amiguinha. Acho...

Não é acometida pela mesma hesitação, porém, ao afirmar que aqueles foram os piores dias de sua vida. Motivo de alegria infinita para qualquer estudante, as férias escolares tornaram-se um suplício quando Lilith se viu em casa durante dias inteiros vivenciando a prostração do pai.

— Era uma rotina de vegetal, sabe? Ele não tinha atitude nenhuma. Era só limpar o olho, comer e deitar. Qualquer coisinha ele chorava, e eu nunca tinha visto ele chorar. Sempre tinha sido uma pessoa muito ativa, que não ficava parada. Mas durante o processo de recuperação ele só estava ali, sabe? Não estava vivendo, estava apenas existindo.

Lilith demorou a entender por quê seu pai levou um tiro de bala de borracha. Ele estava só tirando fotos da manifestação, pensava, em silêncio. E justamente no olho. Tinha que ser no olho. No começo, os médicos disseram que havia uma pequena chance de voltar a enxergar, lentamente, ao longo dos meses. Mas, como assim, ele pode mesmo ficar cego?

Dois anos e meio depois, quando se envolveu na ocupação das escolas estaduais de São Paulo, tudo começou a fazer mais sentido. E as dúvidas desvaneceram à medida que ela própria — Lilith Cristina Passos Moreira, agora com quinze anos, membro ativa do movimento secundarista — conheceu de perto os homens que outrora haviam sido os algozes do olhar paterno.

— Entendi o que passei em 2013: foi meu primeiro contato com a violência do Estado.

As mãos desse mesmo Estado não tardariam em alcançar Lilith dentro da escola — e com um tapa na

cara. Graças à capacidade do governo estadual em criar tristes efemérides pessoais na memória dos cidadãos que cruzam seu caminho, a data da agressão está na ponta da língua: 1º de dezembro de 2015.

Em outubro, quando o governador Geraldo Alckmin anunciou um programa de reestruturação escolar que previa o fechamento de mais de noventa estabelecimentos públicos de ensino em São Paulo, Lilith entrou para a resistência e ocupou a Escola Estadual Maria José, onde estuda. Uma semana depois, receberia a visita truculenta do diretor da unidade, acompanhado de policiais militares e pais de alunos indignados com a interrupção das aulas.

A comitiva arrombou os cadeados que os jovens haviam colocado nos portões, e desmontou na ponta do coturno os obstáculos de mesas e cadeiras amontoadas para impedir-lhes a entrada.

— A gente já sabia que poderia perder a ocupação naquele dia, porque estávamos recebendo ameaças por celular. Eu mesma recebi duas. Não sei quem eram nem como haviam conseguido nossos números, mas diziam assim: Se vocês não saírem, vamos tirar à força. Se não for por bem, vai ser por mal. Hoje à noite vamos entrar aí, vamos jogar bombas em vocês. Vocês estão prejudicando as pessoas. Esse tipo de coisa...

Além das mensagens de texto, havia intimidações verbais:

— Outros alunos da escola, que não entendiam direito o motivo da ocupação e estavam sendo manipulados pela direção, vinham até o portão e ameaçavam a gente. Vamos entrar aí e acabar com vocês, diziam.

Não tem arrego! Não tem arrego!, gritava Lilith ao microfone quando as ameaças tornaram-se realidade: os policiais liberavam a passagem para o avanço do diretor e o homem dava passos decididos ao seu encontro. No caminho, resolveu descontar a raiva num estudante chamado Mateus e arremessou sobre o rapaz uma das mesas que fazia parte das barricadas.

Ao assistir à cena, os pensamentos de Lilith deixaram temporariamente de acompanhar as palavras de ordem que berrava: Não vamos sair! Não tem arrego! (Meu deus, o que está acontecendo?) Vamos ficar até o último minuto!

Protegido por ao menos seis policiais, o diretor se aproximou para afrontá-la. Lilith devolveu o olhar, repetindo o bordão em altos decibéis: Não tem arrego!

Então, veio a bofetada.

— Fui um pouco pra trás. Meus amigos, que estavam em volta, partiram pra cima dele. Daí só piorou. Por causa da escolta policial, não conseguiram nem chegar perto. Mesmo assim, os PMs puxaram meu microfone e bateram nos meninos: chutaram, enforcaram, derrubaram no chão.

Depois da “lição”, porém, o pelotão decidiu se retirar.

— Perceberam que tinham feito merda, né? Haviam entrado na escola sem mandado e agredido menores de idade. No fim, foi até engraçado. O sinal da escola tocou e a polícia foi embora com o diretor. Parecia o horário da saída — ri.

Então, os vizinhos trouxeram água. Foi bonito, lembra Lilith. Mas confessa que sentiu medo.

— Medo de quê? — pergunto.

— Medo de injustiça, sabe? Você está fazendo uma

coisa legítima e vem alguém querendo tirar esse direito de você. Dá medo de perder seus direitos.

A imprensa estava presente durante a invasão policial. Os pais de alguns estudantes também — inclusive Sérgio, que, chorando, fizera um retrato da filha lacrimejando spray de pimenta no momento mais tenso da jornada: uma foto que Lilith guarda no celular e mostra com orgulho: os olhos cheios d'água, um sorriso nervoso escondido sob o pano que protegia o nariz do gás ardente.

A mãe de Lilith — Katia Passos — foi outra testemunha da resistência da filha. Hoje, faz questão de externar a admiração que sente pela militância da jovem. Mas não foi sempre assim.

— Minha mãe nunca tinha me deixado participar de manifestações. Agora ela simplesmente sabe lidar com isso. Quando estou num protesto em que há repressão, fico pensando: Minha mãe deve estar preocupada. Depois a gente se encontra, conto o que aconteceu e ela não me dá bronca nem nada. Ela diz: Parabéns pela resistência de vocês.

Katia tem procurado incentivar inclusive publicamente a militância da filha. Foi assim em maio de 2016, quando Lilith engrossou uma nova onda de ocupações dos secundaristas que tomou o Centro Paula Souza, em São Paulo, contra os desvios de verba na merenda escolar.

A Polícia Militar invadiu o edifício duas vezes. Na primeira, ficou imóvel diante dos estudantes, com escudos, bombas e armas engatilhadas. Sem ordem judicial e debaixo dos holofotes da televisão, os soldados foram obrigados a sair pelas portas dos fundos. Depois, respaldada pelo Tribunal de Justiça, que permitiu até mesmo o uso de ar-

mas durante a reintegração de posse, a PM enviou homens mascarados para expulsar os adolescentes. E expulsou.

No dia 7 de maio, Lilith apareceria na capa de um jornal de grande circulação, sentada junto com seus companheiros em frente ao Centro Paula Souza, gritando inconformada enquanto dois brutamontes com o rosto encoberto torcem os braços de um rapaz. A mãe não deixaria por menos. Ao ver a imagem circulando pela internet, postaria nas redes sociais: "Essa meninada está nos renovando com novos formatos de luta. Estive lá como jornalista, mas quero aqui reafirmar meu orgulho de ser mãe dessa mina aí de azul."

Sérgio, no entanto, se divide entre o apoio que presta ao engajamento da filha e as lembranças traumáticas do tiro que levou em 2013. Não consegue relaxar diante da possibilidade de encontrar Lilith na mesma situação. Na véspera da desocupação do Centro Paula Souza, pouco dormiu. Rolou na cama madrugada adentro, trocando mensagens com outros pais aflitos e pensando no pior — que, felizmente, não aconteceu.

O rumo profissional que trilha a partir da cegueira aproximou-o dos movimentos sociais. Depois de retratar ocupações sem-teto no centro da cidade, em abril de 2015, em uma espécie de reestreia oficial em sua carreira quase interrompida, Sérgio decidiu apontar a câmera para os secundaristas. Encontrou-se com a filha pelo caminho — e passou a se preocupar tremendamente por seu bem-estar. Quando não está junto de Lilith, não larga do celular até receber boas notícias da filha que foi pra manifestação. Desmarca ou se atrasa para compromissos previamente agendados. Ainda mais quando há repressão.

— Ele é bem mais preocupado. Está o tempo todo me dizendo pra tomar cuidado. Deve ser por conta dessa experiência que teve, né? Ele sabe que, em questão de segundos, você pode ter a vida marcada pelo Estado. E não vai ser um ferimento que sara com pomada. Vai ficar pra sempre.

O tempo ainda não apagou as recordações doloridas que Lilith tem do pai violentado pela Polícia Militar. Os dois já não moram na mesma casa, mas a jovem ainda guarda na memória as manobras corporais que Sérgio fazia no banheiro para não deixá-la ver o olho vazado enquanto higienizava o ferimento, trocava curativos ou limpava a prótese.

— Eu não gosto de lembrar, mas também não quero esquecer.

Numa intrincada ressignificação sentimental que transforma pungentes acontecimentos em inspiradoras motivações para o futuro, Lilith deixou de interpretar a tragédia vivida pelo pai apenas como mais um caso de violência policial. Gosta muito das imagens que a câmera de Sérgio tem produzido ultimamente. Prefere não lamentar.

— Não sei como ele deve se sentir em relação a isso, se gosta ou não gosta de lembrar o que aconteceu. Mas ele é um exemplo de resistência pra mim. Depois de tudo, continuou fazendo o que gosta: e está fazendo ainda melhor. Mesmo com um olho só, ele consegue perceber tudo. As fotografias dele agora têm sentimento. Nunca você vai olhar uma foto dele e sentir um vazio.

Uma pausa. Um sorriso. E complementa:

— É inspirador, não é?

•

Então os médicos entraram para fazer o tal do teste. Um teste com luz. Lembro de uma cena que acho que não falei nem pra ele. Os médicos estavam fazendo os testes e o Sérgio dizia: Sim, estou enxergando, estou enxergando a luz. Mas eles olhavam pra mim — principalmente a médica — e balançavam a cabeça.

O teste era uma lanterninha que eles moviam na frente do olho e iam perguntando: Onde está a luz? Quando Sérgio falava que estava para a esquerda, estava para a direita. Não tinha nada a ver... Ele errava. Por mais que ele tivesse pensado logo depois do tiro que já estava cego, no hospital renasceu alguma esperança de voltar a enxergar, sabe? Ele queria ver de novo.

Os médicos então pediram para aguardar mais algumas horas. Queriam repetir os testes. Me chamaram pra fora do quarto e me disseram: O que pode estar acontecendo é que ele ainda está sob efeito da anestesia, está confundindo as coisas e o reflexo no outro olho pode estar dando a impressão que está vendo. Ele acha que está enxergando, mas não está. Pela nossa experiência, em 99% desses casos o paciente não volta a enxergar. A outra hipótese é que ele volte a enxergar por um milagre — foi essa expressão que eles usaram — nos próximos meses.

Daí já estava claro que não ia acontecer o que a gente estava esperando. Então ele teve alta. Saiu muito mal do hospital — mas ainda sem saber que estava cego. O tratamento ia continuar. Tinha uma consulta na próxima semana para trocar curativo, avaliar a recuperação e fazer novos testes.

Minutos antes da primeira cirurgia, que tentaria salvar sua visão, fomos a uma consulta com o diretor do hospital. Ele explicou a violência do impacto da bala de borracha: O olho é muito mais sensível do que a pele. Quando pega na coxa, já é muito foda. Imagina no olho? O impacto — ele comparou — é como se você estivesse dando murro em gelatina.

O Sérgio entrou em desespero quando ouviu isso. Ele estava na cadeira de rodas, porque não tinha condições nem de andar. A dor era tanta que estava tomando muita morfina. De tempos em tempos os enfermeiros aplicavam morfina. Ficou chocado com aquela informação. Como é que você vai reconstruir um olho que virou uma gelatina?

Quando chegamos em casa, acho que passou um turbilhão pela cabeça dele. Principalmente a incerteza de saber se poderia continuar fotografando e fazendo a coisa que ele mais tinha batalhado pra fazer durante um bom pedaço da vida. Tinha se dedicado pra caramba, sabe?

Passaram-se os dias, íamos às consultas, aquela rotina, e cada vez que fazíamos novos testes ele enxergava ainda menos. Já estava livre da anestesia e foi caindo na real. A notícia definitiva veio durante uma consulta, quando a médica disse que não havia nenhuma possibilidade, que teria que retirar o globo ocular e que tínhamos duas alternativas: colocar ou não colocar prótese.

Foi assim que ele ficou sabendo. Terrível.

Antes de concordar com a extração do olho, fizemos consultas particulares em médicos renomados. Queríamos uma segunda, uma terceira opinião, queríamos achar

esperança, alguma perspectiva positiva. Puxa vida, quando ele se encontrou na fotografia, aconteceu essa violência...

Mas a gente tinha que retomar a vida, cuidar das meninas. O que ele via como alternativa para ficar menos deprimido era sem dúvida voltar a fotografar, ir pra rua, criar imagens. Em setembro de 2013, ele conseguiu trabalho como cinegrafista. Durante todo esse processo, foi pegando a câmera aos poucos, entendendo o que era visão de campo, conversando com as pessoas. Muitos fotógrafos se aproximavam em solidariedade. Diziam que era importante continuar com a fotografia.

Teve também aquela puta exploração da grande mídia, num primeiro momento. Quiseram entrar no debate da violência policial, mas só porque perceberam a importância das jornadas de junho, não porque quisessem ir a fundo no tema. Tanto é que a entrevista que ele deu para o *Fantástico* nunca foi ao ar. Não havia interesse efetivo em mostrar a responsabilidade do Estado. Tinha a ver com audiência e sensacionalismo. Só isso.

Quando tudo aconteceu, eu estava em Brasília, trabalhando. Lembro que ia voltar pra casa cedo, no meio da tarde, mas houve um problema e minha passagem teve de ser adiada. Meu voo saiu às 18h. O Sérgio me ligou um pouco antes disso dizendo que ia me buscar em Congonhas. Contou que o bicho estava pegando em São Paulo, e que antes de me encontrar no aeroporto passaria pela manifestação. Cuidado, eu falei.

Até 13 de junho de 2013, a gente não sabia exatamente qual era o potencial de violência da polícia em manifestações.

A gente tinha uma ideia, claro, porque a história do Brasil mostra o que acontecia em outras décadas. Mas naquele momento, naquela conjuntura, a gente não tinha noção do tamanho que teria aquele protesto e aquela repressão.

Assim que pousei em Congonhas, deram um aviso pelo sistema de alto-falantes do avião: Sra. Katia Passos... Pensei: Meu deus, será que fiz alguma merda aqui dentro e estou sendo presa? Mas o comissário me pegou pelo braço e foi falando comigo: Aconteceu uma coisa, seu marido se feriu.

Da hora em que desci daquele avião até uns quinze dias depois, eu não tinha muito caído na real. Eu estava no automático, sabe? Parecia estar flutuando. Não consegui derramar uma lágrima. Tinha uma coisa — que, hoje, vendo com mais frieza, acho que era ódio — que talvez tenha me colocado numa posição de muita dureza para não mostrar nem minimamente que eu estava abalada. Era também por consideração ao Sérgio: uma espécie de autodefesa para fortalecer o Sérgio.

Não havia espaço para fraquejar naquele momento. Eu era a pessoa que tinha que estar com ele e estava com ele para o que desse, viesse e acontecesse. Minha meta era essa. E tinha as nossas filhas, né? Não dava pra ficarmos os dois ali jogados. Ele tinha todo direito de fazer isso. Eu não, eu estava inteira. Um pedaço dele tinha morrido, mas eu tinha que estar bem, estar viva. Tinha que ficar na postura de seguradora de barra e demorei bastante para me ligar no que tinha rolado.

Alguns dias depois, encontrei um comandante da PM na Câmara dos Vereadores de São Paulo em um debate sobre violência policial. Esse oficial estava na mesa

comigo e foi irônico com minha situação. Não lembro o nome dele, mas ele dizia algo assim: Isso acontece todo dia. Naquele momento, fiz um puta desabafo. Falei que não queria que ele sofresse a mesma violência que a polícia tinha praticado contra minha família. E que, se isso chegasse a acontecer algum dia, ele estaria sentado na mesma cadeira que eu e entenderia o que eu estava sentindo. Também disse que ele estava fora do mundo real. E que ele estava sendo irresponsável.

Vi que ele ficou um pouco mal quando falei o seguinte: Se você está dizendo isso pra mim na frente de um monte de gente durante uma audiência pública, o que você faria para uma mãe da periferia sobre o assassinato do filho? O que vocês fazem quando a gente não vê? O que acontece nos casos que não ganham a imprensa? Lembro que ele pegou o microfone e não conseguiu falar.

Só então eu acordei: Caralho, aconteceu. Meu companheiro está cego e foram esses caras — essa postura do Estado — que provocou isso. Quando saí de lá, fui pra casa e chorei tudo o que não tinha chorado.

Após algumas semanas, recebi um telefonema. O Sérgio estava em um sarau na favela do Moinho falando sobre violência policial. Eu estava em casa. Era uma voz de homem, primeiro, falando pra gente retirar o processo que movemos contra o Estado. Falava com gíria, mas parecia meio teatralizado, sabe?, não era natural. Depois uma voz de mulher, que reforçou o que o cara tinha dito: Eu sei onde você mora, falou meu endereço, falou o nome da empresa onde eu trabalhava. Falou tudo. Sabia alguns detalhes.

Quer dizer então que você passa pelo Terminal Lapa? Eles sabiam o caminho que eu fazia até o trabalho.

Claro que fiquei muito assustada. Eu estava sozinha com minhas meninas. Foi bem difícil, sabe?, mas só aconteceu uma vez. Fui na Corregedoria da Polícia Militar, prestei depoimento, contei tudo. Nunca me deram nenhuma resposta. Então o Sérgio parou um pouco de falar com a imprensa. O interesse da mídia também foi morrendo. No final de 2013, ninguém mais falava nisso. Hoje em dia, ele nem quer mais dar entrevista. Pra quê? Não agrega nada...

Essa história diminuiu bastante meu senso de confiança no ser humano. E eu não era assim. Eu me entregava mais para as relações, era mais sensível.

Como jornalista que cobre manifestações, sempre estou num processo racional de apurar os fatos e manter a imparcialidade na coleta de conteúdos, mas, ao mesmo tempo, parece que existe um muro entre mim e o policial. Não que eu tenha medo do policial, mas sei que ele tem o poder de ser violento e acabar com a minha vida, se quiser. Não confio em nenhum deles, nenhum deles, nenhum deles. Tenho amigos policiais em quem não confio. Não consigo. Isso acabou totalmente.

Em janeiro, fui cobrir uma manifestação e houve tanta violência que fui atingida por um estilhaço de bomba na coxa. Já levei cacetada trabalhando como repórter. Também já fui muito hostilizada pela tropa de choque e pela força tática, em atitudes machistas: Sai daqui, vadia, vagabunda! Coisas assim, sabe? São agressões que doem tanto quanto a agressão física.

Tudo isso que aconteceu em 13 de junho de 2013, com o Sérgio, continuou acontecendo pra mim. Claro, são fatos obviamente incomparáveis com os que acabaram resultando na perda do olho dele. Mas continuei vivendo aquilo. Todos nós continuamos.

Por isso eu digo que não, não acabou. A violência policial, se é física, deixa marcas no corpo: acontece o que aconteceu com o Sérgio. Mas também causa um corte profundo na alma das pessoas.

Temos duas filhas que ainda hoje sofrem com isso. É muito difícil seguir a vida como se nada tivesse acontecido, sabe? As sequelas psicológicas na minha menina mais nova duram até agora. Hoje ela tem dez anos. Na época, tinha sete, e soube da notícia pela tevê. Viu pela tevê a foto do pai no hospital. A mais velha sofreu com a violência do PM e do diretor da escola durante as ocupações dos secundaristas. É jovem e já cresce com isso...

É difícil lidar com todas essas coisas. E não tem como não conectar tudo isso com a violência que o Sérgio sofreu. Não tem como.

•

Sérgio não sabe se quer que escrevam sobre ele. Quer, claro que quer, deseja que seu caso não caia no esquecimento, mas também não quer. Eu quero escrever, sim, quero, sinto necessidade de contar e recontar essa história, mas também não quero: não acho que devo transformar Sérgio em personagem. Sérgio não gostaria de se tornar um per-

sonagem: não pretende assumir a identidade do fotógrafo que perdeu o olho esquerdo após ter sido atingido por um tiro de bala de borracha disparado pela Polícia Militar de São Paulo em 13 de junho de 2013. No entanto, Sérgio é o fotógrafo que perdeu o olho esquerdo após ter sido atingido por um tiro de bala de borracha disparado pela Polícia Militar de São Paulo em 13 de junho de 2013. Assim ficou conhecido e conheceu muita gente — inclusive eu.

Em maio de 2016, quase três anos depois do episódio que inevitavelmente marcaria sua vida, Sérgio participou de um debate sobre fotojornalismo e movimentos sociais na Universidade de São Paulo. Honrado com o convite, dividiu a mesa com Nair Benedicto e Juvenal Pereira, veteranos e celebrados profissionais no ofício que o colocou na linha de tiro. Antes de pegar o microfone, antes de qualquer sílaba ter sido dita sobre si, Sérgio foi apresentado à plateia da seguinte maneira: "Ele tem uma fatalidade, perdeu o olho vítima de bala de borracha." Eu mesmo, quantas vezes também já não o reduzi a seu ferimento? Durante a Copa do Mundo, me sentei no bar com Sérgio e um amigo estrangeiro que estava em São Paulo para cobrir a reação social ao torneio da Fifa. Quando tive que apresentá-los, disse: Sérgio, este é Alberto, jornalista espanhol. Alberto, este é o fotógrafo que perdeu o olho em 13 de junho de 2013.

Ao receber a palavra, no debate, Sérgio passou os primeiros minutos de sua intervenção tentando afastar-se do estigma. "Minha história não se resume a 2013", começou. Depois, reconheceria que sua figura ganhou certa proje-

ção graças à desgraça. Então, voltaria a esquivar-se das consequências sociais do projétil. “Tiraram meu olho, mas não tiraram minha capacidade de enxergar.” E, novamente, num vaivém: “Não dá pra me desvincular dessa marca, mas meu trabalho não se resume a isso. O que tenho feito desde então é muito mais importante.”

“Fotógrafo que perdeu o olho” tornou-se uma espécie de vocativo existencial a acompanhar seu nome, um apostrofo infinitamente mais mencionado do que as imagens que produz com a câmera. Quando teve o olho esquerdo explodido pela bala de borracha, Sérgio recebeu uma prótese para disfarçar a lesão: um corpo estranho que continua coçando, irritando e incomodando desde o primeiro momento em que foi cirurgicamente colocado dentro de sua cabeça. Junto com o olho de mentira, parece ter ganhado um implante adicional: publicamente, Sérgio transformou-se no fotógrafo caolho. E não sabe como lidar com isso.

“É muito difícil, cara, ficar ostentando uma imagem”, desabafa. “Claro que a violência está estampada na minha cara. Basta olhar pro meu rosto. Mas será que eu não tenho mais nada além disso? Será que não dá pra enxergar outra coisa em mim? Isso acaba virando um peso nas costas... E eu não quero carregá-lo sozinho.”

Sérgio não é famoso. Feliz ou infelizmente seu caso não teve muito apelo entre os grandes meios de comunicação. Ainda assim, é difícil encontrar alguém que tenha participado das jornadas de junho e que não tenha visto pelas redes sociais aquele seu retrato tirado ainda no hospital. Em determinados círculos paulistanos que ultrapassam seu entorno fami-



liar e afetivo, o caso de Sérgio Silva — assim como o do jovem Rafael Braga Vieira, no Rio de Janeiro — continua presente.

“Junho machucou todo mundo. Mesmo quem não esteve na esquina da Consolação com a Maria Antonia se sentiu ferido com toda aquela repressão. Dá pra sentir que junho está vivo, que não será esquecido.”

O fotógrafo, contudo, se digladiava com os fatos: de que adianta ficar lembrando se nada mudou — nada muda? Sérgio está convicto de que a repressão policial só piorou. De 2013 pra cá, assistimos às reiteradas ilegalidades cometidas pela tropa durante os protestos contra a Copa, em 2014; às agressões aos estudantes secundaristas, em 2015; e, para coroar o ciclo ascendente de violência, ao sufoco das pessoas que voltaram às ruas no começo de 2016 exigindo a redução das passagens de ônibus, trem e metrô em São Paulo.

“Pra mim, a ação da PM contra o Movimento Passe Livre, em janeiro, foi ainda mais violenta que a repressão que me deixou cego há três anos”, avalia Sérgio, que se dirigiu à Praça do Ciclista no décimo segundo dia do ano para fotografar um protesto popular, mas acabou testemunhando um massacre. “A polícia cercou os manifestantes, fez vários bloqueios, não deixou o movimento caminhar e começou uma onda de ataques. Foi tiro e bomba pra tudo que é lado.”

Durante as sucessivas repressões que dedicou à mais recente mobilização do Passe Livre, foi por pouco — muito pouco — que a polícia não apagou as luzes de mais um olho: apenas dois centímetros separaram o professor André

Aquino do pesadelo. Conhecido como Haind, o jovem de 26 anos recebeu um tiro de bala de borracha na testa enquanto tentava fugir da violência policial que tomou conta da manifestação ocorrida em 21 de janeiro na Praça da República.

Tal como aconteceu com Sérgio, em 2013, Haind não consegue identificar com precisão de onde veio o tiro — nem quem puxou o gatilho. Sabe apenas que acompanhou com o olhar lá no alto a trajetória da primeira bomba de gás lacrimogêneo lançada sobre a aglomeração de manifestantes. E que, no instante em que voltou a cabeça para a fileira de escudos, em uma infeliz sincronia milimetricamente cronometrada, recebeu o impacto bem no meio da frente.

“É uma dor forte pra caramba”, conta, coçando a cicatriz arredondada que se transformou em um indesejável terceiro olho. “Na hora eu estava na adrenalina, nem consegui pensar muito. Começou a sangrar bastante, não havia nenhum conhecido por perto. Tinha bomba de estilhaço sendo lançada na minha canela. Tive que correr por dez minutos fugindo da polícia. Até porque o gás lacrimogêneo que estão usando agora é horrível, muito mais forte. Só depois, com as coisas um pouco mais tranquilas, é que pedi pra um rapaz olhar meu machucado. Tá muito feio?, perguntei. E ele: Nossa, tá horrível. Daí eu pensei: Vixe...”

Só então Haind resolveu procurar ajuda. Encontrou por acaso algumas mulheres que ofereciam primeiros socorros aos manifestantes, deitou no chão e submeteu-se a águas oxigenadas, algodões e gazes improvisados. Durante o atendimento, foi encontrado por fotojornalistas que dali a alguns minutos o levariam diretamente às páginas de

saites e jornais. Com a chegada dos bombeiros, o jovem foi inquirido: Você é manifestante ou estava só passando pelo local? “Que merda de pergunta é essa?, pensei. Que diferença faz?” Haind admitiu que estava no protesto, mas foi levado para o hospital — e não para a delegacia, como desconfiava. Lá, tomou uns pontos e foi liberado, aliviado com o diagnóstico que poderia haver recebido tivesse a bala encontrado outro alvo, assustadoramente próximo.

“Pra mim, o resumo da ópera foi sorte”, diz, desconsiderando, para todos os efeitos, que receber o impacto de um projétil de elastômero na testa guarde qualquer relação com ganhar na loteria. “Tenho uma cicatrizona aqui pra sempre, é verdade, mas a sensação é que tive uma sorte imensa. Foi por muito pouco...”

Mesmo sem desfecho trágico, o caso de Haind demonstra que artefatos menos letais continuam sendo empregados pela Polícia Militar à revelia de qualquer ponderação prevista pelas normas internacionais ou pelo bom senso. O jovem conta que estava a três ou quatro metros dos policiais quando recebeu o tiro — um disparo a queima-roupa, praticamente. Não estava armado nem ameaçava colocar a vida de ninguém em perigo — situações em que a bala de borracha poderia ser tolerada.

“Não sei se o cara mirou em mim, mas se não tivesse me acertado, com certeza acertaria outra pessoa. Eu estava no meio de uma multidão. A polícia disparou em linha reta, numa altura suficiente pra me atingir na testa. Não tenho dois metros de altura, mas sou alto. Ele atirou pra acertar o rosto de alguém. Disso eu não tenho a menor dúvida.”

Como numa estratégia de tentativa e erro sistematicamente denunciada pela sociedade civil, porém jamais levada em consideração pela justiça, três meses depois, em abril, a PM finalmente encontraria um novo olho para inutilizar. Não foi durante um protesto político, como os que costumam acontecer nas regiões centrais da cidade, mas num baile funk da periferia paulistana. A vítima não é manifestante. Sequer é adulta. Douglas Santana tem apenas doze anos. E sonhava ser policial.

“Eu queria que nossa sociedade tivesse aprendido uma grande lição com o que vivemos em junho de 2013 e forçasse uma mudança de conduta na Polícia Militar”, lamenta Sérgio. “Queria que tivessem deixado de usar bala de borracha. Mas o que vemos é apenas um aumento no poder de fogo da PM, uma tropa cada vez mais truculenta, com tanques israelenses chegando na cidade pelo preço de trinta milhões de reais. É triste.”

Houve uma mudança, porém, possibilitada pela ascensão do movimento favorável ao impeachment de Dilma Rousseff: comandada por um governador alinhado às hordas verde-amarelas, a polícia de São Paulo tratou com carinho os manifestantes que tomaram a Avenida Paulista vestidos com as cores nacionais. Os mesmos soldados que lançam bombas, disparam balas de borracha, distribuem cacetadas e ferem indiscriminadamente homens e mulheres em luta por moradia, educação, transporte público — e outras bandeiras malvistas pelo Palácio dos Bandeirantes — posaram para *selfies* sorridentes, receberam abraços, beijaram crianças e ouviram um “muito obrigado”

da massa que atendeu aos chamados do Movimento Brasil Livre, do Revoltados On Line e do Vem Pra Rua. Um pacifismo absoluto, uma demonstração de civilidade que bem poderia se estender aos demais cidadãos da República em suas diversas reivindicações políticas.

Em janeiro de 2016, o secretário de Segurança Pública, Alexandre de Moraes, que quatro meses depois seria nomeado ministro da Justiça do presidente interino Michel Temer, obrigou o Passe Livre a divulgar com antecedência o trajeto de suas manifestações. Como se não bastasse, o itinerário também tinha de ser aprovado pela corporação. Caso contrário, nada de impedir o trânsito: a polícia vai agir. E agiu repetidas vezes, arrancando o sangue, a dignidade e a coragem de muita gente. “Vi militantes muito aguerridos resolverem se afastar das ruas por causa da brutalidade policial”, lamenta Haind. “Foi traumático.”

A mesma regra, porém, não valeu para os poucos cidadãos indignados com a nomeação de Lula como ministro da Casa Civil, em março, que fecharam a Avenida Paulista por quase quarenta horas, armando barracas no meio do asfalto e prometendo sair de lá apenas quando o governo federal caísse. Educadamente, policiais pediram muitas vezes que liberassem tão importante artéria da malha viária paulistana. Em vão. Um dos líderes da rebelião antilulista fez um apelo aos indignados. Em troca, recebeu empurrões e xingamentos de comunista. Depois, o secretário de Segurança Pública dirigiu-se pessoalmente à avenida, rogando que se retirassem. Foi escorraçado de lá. Só então mandou o novíssimo blindado da PM retirá-los da via públi-

ca com seu canhão de água. Pela primeira vez ouviu-se um manifestante gritando “petistas” aos policiais do choque.

Durante a cobertura do protesto que reuniu quinhentas mil pessoas pelo impeachment, em 13 de março de 2016, Sérgio presenciou cenas cômicas do uso ideológico das forças de segurança paulistas. Na mais explícita em sua memória, o helicóptero da PM dava rasantes sobre a multidão revoltada. “A porta estava aberta. Havia um policial com o corpo pra fora, olhando pra baixo e dando tchauzinho pras pessoas”, recorda. “Parecia um show aéreo. Me senti na bozolândia.”

Piadas à parte, a diferença no tratamento a um e outro grupo incomoda profundamente uma vítima grave do Estado. Sérgio acredita que a polícia age corretamente nos protestos verde-amarelos ao não usar de violência contra cidadãos que estão apenas se manifestando. “É a maneira que deveriam se comportar em todos os atos. Mas não é o que temos visto”, compara, expressando o que sente com a seletividade oficial. “Parece que não tenho direito nem de me manifestar nem de trabalhar na cobertura de manifestações que contestam a ordem vigente. Parece que não tenho direito a me posicionar politicamente ou a pensar de maneira diferente à da polícia. Enfim, esse é o recado que eles querem me passar. Mas não estou de acordo. Nem aceito.”

Em três anos de corda bamba, balançando ao sabor do noticiário e de seu próprio cotidiano, Sérgio ainda não recebeu boas novas do juiz que analisa o processo movido contra o estado de São Paulo em 2013. A esperança de receber indenização por danos morais e estéticos parece

tão distante quanto as chances de voltar a enxergar com o olho que nem existe mais. Os precedentes lhe são desfavoráveis. Como não ser tomado pela desesperança ao lembrar do caso de Alex Silveira, fotógrafo atingido por um estilhaço de bomba em 18 de julho 2000 enquanto cobria uma manifestação de professores no centro da capital? Alex perdeu quase completamente a visão do olho esquerdo, processou o Estado e ganhou em primeira instância, mas, em 2014, os desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo negaram-lhe o direito à indenização.

“Permanecendo no local do tumulto, dele não se retirando ao tempo em que o conflito tomou proporções agressivas e de risco à integridade física, mantendo-se, então, no meio dele, nada obstante seu único escopo de reportagem fotográfica, [o fotógrafo] colocou-se em quadro no qual se pode afirmar ser dele a culpa exclusiva do lamentável episódio do qual foi vítima”, escreveu o magistrado Vicente de Abreu Amadei, eximindo a tropa de choque de responsabilidade pela deficiência do rapaz.

O caso de Sérgio ainda não teve sequer um primeiro julgamento, nem mesmo uma primeira audiência. Mas não é só a lentidão que incomoda. A defesa apresentada pelo Estado é mais uma face da agressão que sofreu em 2013 — uma demonstração inequívoca, com papel timbrado e firma reconhecida em cartório, de como a violência estatal se perpetua de diversas maneiras na vida da vítima.

O documento assinado pela procuradora Mirna Ciani para convencer a justiça de que Sérgio é o único culpado pela própria cegueira destila uma agressividade inexpli-

cável. Em alguns trechos, a procuradora parece ater-se às regras do Direito para cumprir o papel que lhe cabe por dever de ofício. Nesses momentos, Mirna Ciani se aferra ao fato de que não existem provas incontestáveis (vídeos ou fotos, por exemplo) nem testemunhas a demonstrar que Sérgio foi atingido por uma bala de borracha disparada pela Polícia Militar: o tal nexo de causalidade.

Em outros momentos, porém, recorre a devaneios e preconceitos para deslegitimar a petição da vítima. Contrariando relatos e imagens que pululam na imprensa e na internet, a procuradora escreve, por exemplo, que “os relatórios individuais dos policiais que atuaram na região registram, de modo absolutamente uniforme, que o movimento ocorreu sem problemas, exceto um pequeno confronto na região da Maria Antonia com a Consolação, com populares jogando pedras e fogo em lixo, o que foi controlado a contento pela polícia, sem maiores consequências”.

Mirna Ciani diz ainda que os policiais usaram “apenas” bombas de gás lacrimogêneo na ocasião — e aqui parece não importar que um relatório do Comando de Policiamento de Choque, juntado nos autos, faça menção explícita ao emprego de 178 unidades de AM-403/P naquela quinta-feira.

Uma rápida pesquisa na internet leva à página da Condor Não Letal, fornecedora de armas menos letais à Polícia Militar de São Paulo, e a uma espécie de manual em que é possível constatar que a sigla se refere a um projétil de borracha “utilizado no controle de graves distúrbios e combate à criminalidade, com a finalidade de deter ou dispersar infratores da lei, em alternativa ao uso de munições

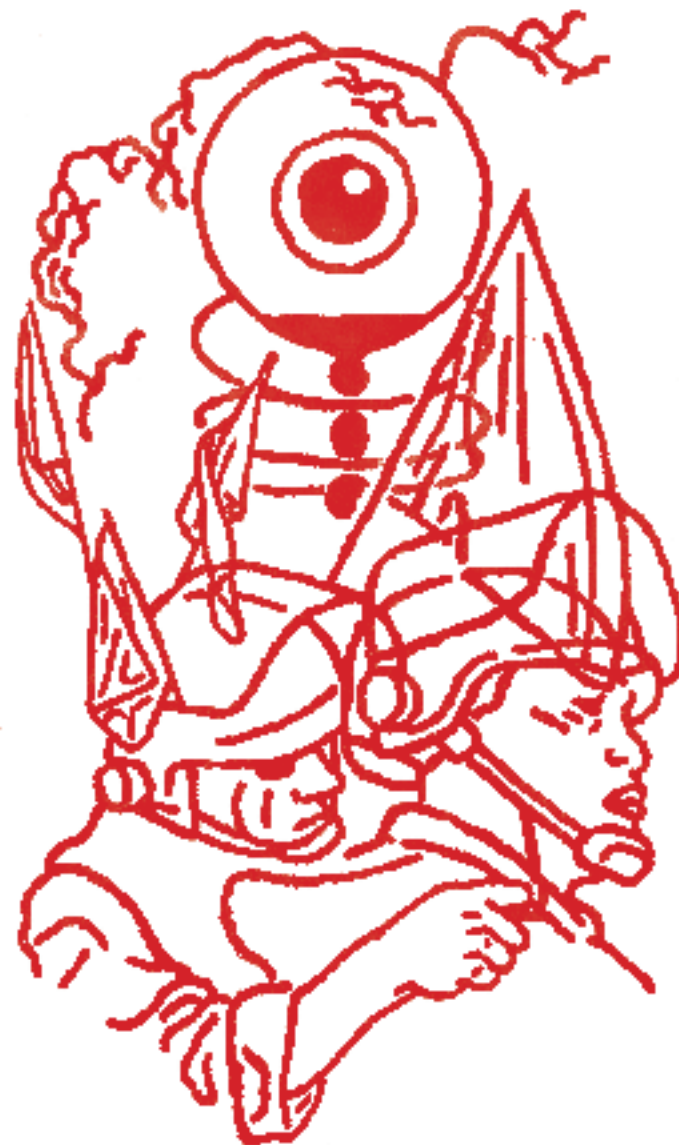
convencionais". Também é possível ler as seguintes instruções, com desenhos ilustrativos: "O disparo deve ser feito apontando-se a arma para as pernas dos infratores da lei. Não atirar contra a cabeça e o baixo ventre. Se empregado de forma inadequada, pode causar lesão grave ou morte".

Como se não bastasse o documento oficial da Polícia Militar, assinado por quatro oficiais nos dias 13 e 14 de junho de 2013, ou seja, no dia em que Sérgio perdeu o olho e no dia seguinte, algumas semanas depois chegaria à imprensa a notícia de que a corporação reconhecia o disparo de 506 balas de borracha na jornada.

A procuradora também parece ter esquecido que Sérgio não foi o único profissional de imprensa atingido por projéteis de elastômero diretamente no olho em 13 de junho de 2013: Giuliana Vallone recebeu o impacto na vista direita, mas, felizmente, foi salva pela lente dos óculos. Isso sem contar outros tantos manifestantes, repórteres e transeuntes alvejados no rosto, tronco e membros. No total, houve pelo menos cento e cinquenta feridos pela PM.

Seletiva em suas alegações, Mirna Cianci conclui que Sérgio sujeitou-se à cegueira "ao adentrar o sítio do confronto". Para complementar, critica toda a classe jornalística ao dizer que "os repórteres fotográficos, na ânsia de obterem o melhor registro, não pouparam esforços em sua exposição, adentrando o sítio dos confrontos sem a mínima preocupação com a consequência dessa atitude, nem qualquer cautela ou preservação física". Buscavam notoriedade, menospreza.

Na tentativa de embasar tais afirmações, a procuradora cita um artigo que chama o Movimento Passe Livre de "me



engana que eu gosto” e afirma que o grupo é patrocinado por “partidos comunistas e terroristas radicais”. Provas disso? Não apresenta. O texto, assinado pelo blogueiro e consultor em relações do trabalho Olavo Carneiro Jr., com-para manifestações públicas a praças de guerra, defende que a polícia não pode ser acusada de cometer excessos na repressão a protestos e endossa uma declaração do ex-comandante da Rota, tropa elite da PM, Conte Lopes: “Tropa de choque não foi feita para dialogar”.

No final, a procuradora insinua que o fotógrafo moveu a ação contra o Estado para enriquecer-se ilicitamente com dinheiro do Erário.

As 23 páginas da peça assinada por Mirna Cianci em 21 de outubro de 2013 não foram suficientes para descarregar todo seu arsenal jurídico contra o pedido de indenização de Sérgio. Haveria mais.

Em outubro de 2014, um perito do Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo produziu um laudo sobre a capacidade visual do rapaz. O documento é obviamente inconclusivo quanto à origem do ferimento: afinal, não havia mais olho para examinar. Ainda assim, o médico Antonio Oreb Neto, responsável pela perícia, atestou que a lesão pode ter sido provocada por um sem número de objetos — bala de borracha é apenas uma dentre as várias possibilidades.

O perito atesta com toda segurança, porém, que, mesmo na ausência da visão esquerda, Sérgio não possui problemas visuais. Para tanto, cita o Decreto nº 5.296, de 2004, que estabelece parâmetros do atendimento prioritário a pessoas com deficiência no país. “O portador

de cegueira em um olho, com visão normal no outro, é portador de visão normal”, escreve.

Além disso, continua o médico, Sérgio não conseguiu comprovar que realmente enxergava com o órgão que lhe foi extirpado. Sequer apresentou atestados incontestáveis de que, sim, exercia o ofício da fotografia. Os autos trazem um contrato de prestação de serviços assinado entre o fotógrafo e a Agência Futura Press em 2011, mas o perito parece não tê-lo notado. Mas, mesmo que tivesse visto, não faria muita diferença: no laudo, Oreb elenca as profissões prejudicadas pela ausência parcial da visão, e fotógrafos não constam da lista. Assim como os atiradores de elite, compara, o profissional costuma fechar um dos olhos para melhor focar as imagens. Portanto, não é exigida a binocularidade para exercer as atividades habituais de fotógrafo, nem a percepção de profundidade.

“É claro que eu posso tirar fotos com um olho só”, ironiza Sérgio, que, mesmo com todas as limitações desconhecidas pelo decreto presidencial e pela perícia médica, não pensa em abandonar o ofício. “Mas eu não sou apenas um fotógrafo. Sou um ser humano. Será que eu realmente não preciso do outro olho? Tudo bem a polícia arrancá-lo de mim?”

Os advogados do rapaz ficaram enfurecidos com o laudo, mas o que mais incomodou até agora foi a defesa do Estado. “O que a procuradora diz é surreal. É de um radicalismo...”, comenta Maurício Vasques, secundado pelo sócio, Lucas Andreucci: “Ela tenta convencer o juiz de que a perda da visão em si não influenciou a vida dele. Como é possível?”

Conversei com os advogados de Sérgio em uma tarde abafada de março de 2016. Ambos trabalhavam com o decano bacharel Paulo Sérgio Leite Fernandes, a quem apresentaram o caso em 2013. Com o passar do tempo, decidiram montar um escritório próprio. E levaram consigo a representação de Sérgio, que continua contando com assistência jurídica gratuita.

Enquanto terminavam uma reunião, me sentei na sala de espera na companhia de água e café. Estiquei o braço e passei a folhear sem muita atenção um exemplar da revista *National Geographic*. Muitas páginas depois, me deparo com o título: “A origem do olhar. Tudo indica que o olho é a mais requintada de todas as criações da natureza cega.” Era a edição de fevereiro, que trazia oito olhos na capa — e eu não havia percebido. No texto, uma discussão científica sobre a evolução do órgão, as múltiplas funções que desempenha em cada espécie e uma característica comum que possibilita a todos os seres vivos que gozam de capacidade visual. “Os olhos servem para captar luz, e a luz indica o momento do dia, a profundidade da água, a presença de sombra. Você a usa para examinar paisagens, interpretar expressões faciais e ler estas palavras.”

São conclusões óbvias, que independem do juízo de cientistas, advogados, decretos, peritos ou procuradores — e muito menos de tribunais. O que sim parece ser assunto para especialistas são as razões que levam à existência de documentos oficiais agressivos, a novos cidadãos feridos gravemente pela PM, a tanta demora para o julgamento

do caso de Sérgio. O processo movido pelo fotógrafo está pronto para receber uma decisão do juiz há mais de um ano. Não há previsão de quando — e muito menos de como — o magistrado se pronunciará.

O inconformismo com as sucessivas etapas da violência estatal não deixa Sérgio em paz. Sente que devia brigar mais, espernear mais, movimentar-se mais para que haja justiça para si e para outras vítimas de balas de borracha e outros artefatos letais e menos letais utilizados pela polícia. Inspira-se no exemplo de Ester Quintana, espanhola que em 2012 perdeu o olho esquerdo após ser atingida por uma bala de borracha, e que dois anos depois conseguiu a aprovação de uma lei contrária ao emprego desses artefatos na região da Catalunha. Mas... não sabe direito. Afinal, que papel Sérgio poderia assumir nessa história toda?

“Cansei de ver minha imagem nessa situação, discursando como vítima. Cada vez que falo sobre isso, é emocionalmente desgastante. Tenho que me preparar, tenho que ficar lembrando daquele momento, tenho que encontrar argumentos que traduzam minhas sensações e meus pensamentos. Não é simples. Três anos depois, olho pra trás, me vejo falando, falando e falando, repetindo minha história, e nada acontece.” Frisa: “Nada.”

Ao mesmo tempo, Sérgio não perde de vista que, sim, é uma vítima. E que não pode silenciar totalmente. “É um conflito”, define. “Eu sei o quanto é importante que as histórias sejam contadas. E, para isso, é preciso uma voz, um sujeito, um personagem. E eu sou esse personagem.”

Sérgio está tentando resolver a questão existencial voltando para detrás das câmeras — lugar de onde jamais queria ter saído.

“Sinto necessidade de mostrar às pessoas que não existe nenhum resquício de vitimismo em mim, que sou uma pessoa comum, que posso continuar com a fotografia. Mas tem uma coisa que fico pensando, sabe? Eu arrumo muito pouco serviço como freelancer. E, quando me contratam, sempre fico na dúvida: Será que estão me chamando porque de fato gostam do meu trabalho? Ou será que querem que as fotos sejam feitas pelo rapaz que perdeu o olho na manifestação?”

Sérgio nunca se sentiu à vontade com a preocupação dos fotógrafos em construir um nome — uma marca — para se consolidar na carreira. É uma exigência do mercado, mas, ainda assim, incomoda. Tanto que, quando resolveu deixar o trabalho na empresa de logística DHL com o objetivo de se aventurar na fotografia, em 2012, junto com a tensão natural de trocar o emprego estável pela precariedade de freelancer, com duas filhas pra criar, veio uma crise de identidade.

“Meu nome é Sérgio Andrade da Silva. Eu assino minhas fotos como Sérgio Silva, justamente porque Silva tem um monte por aí. Muitos colegas já me criticaram por isso: Sérgio, inventa um codinome, alguma coisa, sei lá. Mas eu sempre disse não, porque nunca quis ser reconhecido por um nome, mas pelo meu trabalho, pela pessoa que eu sou de verdade.”

Sérgio me falou sobre isso na primeira vez em que conversamos, em setembro de 2013. Então, havia acabado de conseguir um trampo como cinegrafista, e

ainda não voltara a fazer uso da câmera fotográfica profissionalmente. Derrubava açúcar na mesa, batia a mão sem querer no gravador. Esbarrava mas pessoas. Morria de medo de atravessar a rua. Tinha só três meses de cegueira. Tudo era muito recente, e também suas reflexões sobre um futuro até então encoberto pelo tapa-olho bege que inspirava cuidados médicos.

O anonimato que desejava já não existia naquela época, e continua não existindo agora — mas não pelas razões que imaginava.

Sérgio Silva não ganhou prêmios com suas fotografias: tomou um tiro de bala de borracha. Ao perder metade do olhar, viu seu nome surgir na imprensa e na memória coletiva da maneira que menos gostaria: graças a um motivo completamente alheio ao que é e ao que faz. A tão planejada escolha pelo Silva corriqueiro, comum, cotidiano, brasileiro, acabou tendo efeito contrário devido à violência policial — também comum, corriqueira, cotidiana e mui brasileira.

“Eu tinha buscado uma não-identidade, daí vem junho de 2013 e me coloca como um personagem marcante”, lamenta, agora. “Eu me sentia melhor entre as pessoas quando era completamente anônimo, sabe? Mas isso talvez seja mais uma consequência psicológica do que aconteceu.”

Quando está em algum evento público, reunião ou festa, Sérgio às vezes percebe olhares curiosos em sua direção — ou acha que percebe, como quando, no hospital, pensava ver luzes que na realidade não via. Tem a impressão de que o estão reconhecendo por causa de junho.

“Daí me dou conta de que não tem nada a ver, de que nem estão me olhando.” Ainda assim, quando inicia uma conversa com algum desconhecido, se esforça pra conduzir o papo, pergunta, aguça a curiosidade. “Assim tento fazer com que o assunto caia em outras histórias — e não na minha.”

Sérgio sabe quando teve início o conflito entre sua pessoa e seu personagem. Só não faz a menor ideia de quando vai acabar. “Sabe, mano, eu queria ser apenas o Sérgio de novo”, suspira, consciente de que essa possibilidade desapareceu junto com o lampejo de asfalto que sua pupila esquerda, sangrando, registrou pela última vez antes de escurecer.

• • •



EDITORA ELEFANTE

editoraelefante.com.br

facebook.com/editoraelefante

editoraelefante@gmail.com

MELI-MELO PRESS

facebook.com/melimelopress

hello@melimelopress.com.br

(cc) Editora Elefante, 2016.

**Este livro é dedicado
a Douglas Santana.**

400 exemplares.

Impresso no Brasil.



TEXTOS

Tadeu Breda

REVISÃO

João Peres

PROJETO GRÁFICO

Denise Matsumoto

IMPRESSÃO

Meli-Melo Press

ILUSTRAÇÕES

Breno Ferreira (p. 19)

Carolina Ito (p. 79)

João Ricardo Moreira (p. 57)

Mateus Acioli (p. 89, 37)

Vitor Flynn (p. 2-3)

Este livro foi composto em Fakt e Lulo
e impresso em Papel Pólen Bold 90 g/m² no
miolo e Duo Design 250 g/m² na capa.

